

# Quadro integrado de classificação da segurança alimentar



**Manual técnico**

**Versão 1.1**

# Quadro integrado de classificação da segurança alimentar



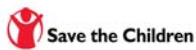
## Manual técnico

## Versão 1.1

*Preparado pelos parceiros globais do IPC*

Atualizações deste manual disponíveis em: [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org)

Parceiros globais do IPC:



Financiadores:



The FAO-Netherlands Partnership Program



A versão 1 deste manual foi preparada pela FAO/FSAU em 2006:



Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Roma. 2008

A Versão 1 deste manual foi originalmente preparada em 2006 pela FAO/FSAU.

Essa versão anterior deve ser citada assim: FAO/FSAU 2006. Integrated Food Security and Humanitarian Phase Classification: Technical Manual Version 1. Nairobi, FAO/FSAU Technical Series IV.

Uma versão revisada foi publicada pela FAO em 2007.

O presente manual deve ser citado assim:

Parceiros globais do IPC. 2008. Quadro integrado de classificação da segurança alimentar: Manual técnico. Versão 1.1. FAO. Roma.

ISBN: 978-92-5-106027-8 Reimpressão 2009

O Manual Técnico IPC Versão 1.1 resultou do esforço conjunto dos parceiros globais do IPC, um grupo de oito entidades e ONGs internacionais: Care International, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Famine Early Warning Systems Network (FEWS NET), Joint Research Centre of the European Commission (EC-JRC), Oxfam Great Britain, Save the Children UK, Save the Children US e Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas. O Manual Técnico IPC Versão 1.1 baseia-se na Versão 1, preparada pela FAO/FSAU. As revisões foram feitas em nome dos parceiros globais do IPC pelo Grupo de Trabalho Técnico composto de: Suleiman Mohamed (FEWSNET), Agnès Dhur (PAM), Valérie Ceylon (PAM), Nicholas Haan (FAO) e Cindy Holleman (FSAU/FAO). Nicholas Haan coordenou o processo de revisão e preparou este manual.

As designações empregadas e a apresentação do material neste manual não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Parceiros Globais do IPC e União Europeia sobre a situação jurídica ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites. As opiniões expressadas nesta publicação são dos autores e não refletem as opiniões da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Parceiros Globais do IPC e União Europeia.

Todos os direitos reservados. A reprodução e a divulgação do material contido nesta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais estão autorizadas sem permissão prévia por escrito dos detentores dos direitos autorais desde que a fonte seja claramente indicada. É proibida a reprodução do material contido nesta publicação para revenda ou outros fins comerciais sem permissão escrita dos detentores dos direitos autorais. Os pedidos de permissão devem ser dirigidos a:

Chefe  
Subdivisão de políticas e apoio de publicações eletrônicas  
Divisão de comunicação  
FAO  
Viale delle Terme di Caracalla, 00153 Roma, Itália

Ou por e-mail a: [copyright@fao.org](mailto:copyright@fao.org)

© FAO 2008

## PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS (1ª versão)

MAIO DE 2006

Desde 1994, a FSAU investe um volume considerável de energia para melhorar o rigor das análises de segurança alimentar, nutrição e subsistência, e sua relevância para a tomada de decisões. Para ajudar a atingir as metas de rigor e relevância, desde fevereiro de 2004 a FSAU utiliza uma ferramenta chamada Quadro integrado de classificação da segurança alimentar (IPC). Além de melhorar consistentemente melhorar a análise e facilitar uma resposta efetiva no contexto da Somália, há fortes indicações de que o IPC é relevante numa escala mais ampla, pois serve como “moeda corrente” para a segurança alimentar e análise humanitária.

Este manual fornece orientação técnica sobre o uso do IPC para analistas da FSAU e parceiros técnicos. Esperamos que contribua para os esforços mundiais no sentido de padronizar os principais elementos da análise e resposta humanitária (por exemplo, SMART, referenciamento, quadro de análise de necessidades, serviço de monitoramento humanitário e projeto Sphere).

O IPC baseia-se em aspectos de muitos sistemas de classificação e textos acadêmicos. Mas a força prática do IPC consiste em que foi elaborado através da realidade cotidiana das análises de segurança alimentar e sua vinculação com ações no contexto de uma emergência complexa. Além disso, o IPC se beneficiou de comentários técnicos de peritos e autoridades de alto nível em dezenas de fóruns na África, Ásia, Europa e EUA. O Apêndice A lista algumas dessas reuniões. Somos extremamente gratos pela contribuição técnica dos participantes.

Dentro da FSAU, há um diálogo técnico permanente sobre o IPC entre todos os analistas baseados em Nairobi, incluindo: Noreen Prendiville, Cindy Holleman, Yusuf Mohamed, Ali Duale, Thomas Gabrielle, Simon Narbeth, Veena Sam-pathkumar, Zainab Jama, James Kingori, Sicily Matu, Ahono Busili, Bernard Owadi, Tom Oguta, Achoka Luduba, Carol Kingori e Francis Barasa. FSAU mantém uma estreita relação com FEWS NET Somália e tanto Mohamed Aw-Dahir quanto Sidow Addou participaram diretamente da elaboração do IPC. Os funcionários locais da FSAU também deram uma contribuição substancial. Agradecimentos especiais a Cindy, Noreen, Thomas e Veena pela revisão técnica do manual.

Agradeço aos parceiros técnicos da FSAU no PAM, UNICEF, OCHA, SC-UK, CARE, governo federal provisório da Somália, autoridades de Somaliland e Puntland e inúmeros outros por sua contribuição técnica e apoio contínuo na elaboração e uso do IPC. O Grupo de Trabalho Regional sobre Segurança Alimentar e Nutrição do Chifre da África forneceu apoio valioso para

uma aplicação mais ampla do IPC. Wolfgang Herbinger e muitos outros colegas do PAM-Roma também deram contribuições importantes para as revisões do IPC.

Meus sinceros agradecimentos aos colegas da FAO pelo assessoramento técnico e apoio contínuo, incluindo Prabhu Pingali, Anne Bauer, Margarita Flores, Mark Smulders, Luca Alinovi, Richard China, Graham Farmer, Daniele Donati, Guenter Hemrich, Suzanne Raswant, Giovanni Simonelli, Alessandro DeMatteis, Florence Egal, Henri Josserand, Shukri Ahmed e Christian Lovendal.

Finalmente, agradeço aos doadores da FSAU, a Comissão Europeia e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, por seu compromisso com a FSAU e incentivo ao desenvolvimento de novas ideias.

Nicholas Haan, Ph.D.

Autor

Conselheiro técnico principal da FAO junto à FSAU

nicholas.haan@fsau.or.ke

Nairobi, Quênia, maio de 2006

## PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS (2ª versão)

MAIO DE 2008

Este Manual Técnico do IPC Versão 1.1 é uma revisão e atualização do Manual do IPC Versão 1 publicado em 2006. A Versão 1.1 introduz revisões prioritárias e esclarece conceitos importantes com base em inúmeros testes locais e consultas técnicas entre instituições. Incentivamos os usuários do IPC a adotar as revisões documentadas nesta versão. Após a publicação da Versão 1.1, uma revisão mais ampla do Manual do IPC será preparada em 2009, resultando numa Versão 2 do manual. Visite [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org) para ver uma lista das revisões prioritárias e plano de ação da Versão 2.

O Apêndice H apresenta mais explicações da justificativa e uso das revisões introduzidas na Versão 1.1. O texto do manual foi atualizado para refletir essas revisões. Os usuários são notificados sobre as revisões com “caixas de texto” intituladas “Revisão” e dirigidos ao Apêndice H para obter mais explicações.

As revisões incluem:

- o nome “quadro integrado de classificação da fase humanitária e segurança alimentar” mudou para “quadro integrado de classificação da segurança alimentar”
- divisão opcional da Fase 1 em duas fases: Fase 1A e 1B; trata-se de uma solução provisória enquanto se elabora uma Fase a ser inserida entre a Fase 1 e a 2.
- o título da Fase 2 de “insegurança alimentar crônica” mudou para “insegurança alimentar moderada/limitada”
- a terminologia de “níveis de alerta precoce” mudou para “risco de agravamento”
- mudou o formato das planilhas de análise
- alterações nos protocolos cartográficos

A Seção 3 do Manual do IPC foi atualizada com várias novas seções que esclarecem questões importantes.

Os esclarecimentos incluem:

- Foco do IPC
- Processo analítico
- Adequação e confiabilidade dos dados
- Quando efetuar a análise IPC e com que frequência
- Horizonte temporal da análise IPC
- Alerta precoce
- Inclusão de “iminente” na classificação das fases
- Escala espacial da análise
- Taxa de mortalidade de menores de 5 anos
- Apropriação institucional e processos
- Elementos básicos de uma “análise IPC”

O interesse e apoio ao IPC como esquema comum de classificação para análise da segurança alimentar continua aumentando entre governos, Nações Unidas, ONGs, doadores e organizações acadêmicas. O IPC foi introduzido em várias partes da África, Ásia, América Central e Caribe, desde a implementação até exercícios experimentais e atividades de treinamento. Para obter mais detalhes sobre as experiências de cada país, visite [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org).

Algumas instituições que atuam na área da segurança alimentar formaram uma parceria global para promover o desenvolvimento e aplicação do IPC, incluindo: FAO, PAM, FEWS NET financiada pela USAID, Oxfam GB, CARE, Save the Children UK, Save the Children US e Joint Research Center of the European Union. Junto com os governos nacionais, essas instituições e muitas outras no âmbito regional e nacional estão colaborando no desenvolvimento e aplicação do IPC. A aplicação do IPC será um processo orientado pela demanda; seu desenvolvimento posterior será dirigido pelas experiências e contribuições de cada país.

É preciso assegurar que o IPC possa acomodar uma ampla variedade de contextos nacionais e institucionais. Ideias inovadoras para melhorar o rigor e facilidade de uso do IPC são constantemente geradas cada vez que o IPC é aplicado. A Versão 1.1 baseia-se em amplas contribuições de técnicos dos países envolvidos na aplicação do IPC. Além das informações sobre a implementação nos países, as revisões baseiam-se em discussões técnicas realizadas durante o fórum on-line sobre IPC (realizado em fevereiro de 2007), um seminário internacional sobre IPC em Roma em março de 2007, contribuições diretas dos parceiros globais IPC e consultas com o grupo de trabalho regional sobre nutrição e segurança alimentar

do Chifre da África. Numerosos especialistas em nutrição e segurança alimentar também efetuaram contribuições.

As revisões, que refletem o forte consenso entre os governos nacionais e instituições consultados até agora, foram endossadas pelos parceiros globais do IPC.

Agradecemos os esforços dos seguintes membros do grupo de trabalho técnico do IPC:

Suleiman Mohamed	Representante regional de FEWSNET
Agnès Dhur	Funcionária principal em segurança alimentar
Valérie Ceylon	Assessora de programa
Nicholas Haan	Conselheiro técnico principal em IPC da FAO
Cindy Holleman	Conselheira técnica principal da FAO para FSAU

*Agradecemos às muitas pessoas que contribuíram para este adendo.*

*Para obter mais informações sobre o IPC, incluindo apoio técnico, relatórios nacionais e informação de contato, visite: [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org)*

Maio de 2008

Comitê Diretor Global do IPC:

Care International

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

Famine Early Warning Systems Network (FEWS NET)

Joint Research Center of the European Commission (EC-JRC)

Oxfam Great Britain

Save the Children UK

Save the Children US

Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas



## SUMÁRIO

### LISTA DE ACRÔNIMOS

#### 1. RESUMO EXECUTIVO

#### 2. ANTECEDENTES

2.1 Necessidade de um sistema de classificação da segurança alimentar

2.2 Análise dos sistemas de classificação de segurança alimentar

#### 3. PANORAMA DO IPC E “ANÁLISE DA SITUAÇÃO”

3.1 Foco do IPC

3.2 Lógica analítica do IPC

3.3 Componentes do IPC

3.4 Análise da situação

3.5 Etapas no uso do IPC e sua adaptação a diversos sistemas de informação

3.6 Processo analítico do IPC

3.7 Adequação e confiabilidade dos dados

3.8 Quando fazer análise IPC e com que frequência

3.9 Horizonte temporal da análise IPC

3.10 Alerta precoce

3.11 Inclusão de “imminente” na classificação das fases

3.12 Escala espacial da análise

3.13 Apropriação institucional e processos

3.14 Principais elementos técnicos da análise IPC

3.15 Contribuições do IPC

#### 4. TABELA DE REFERÊNCIA IPC – DIRETRIZES TÉCNICAS

4.1 Fases

4.2 Resultados de referência

4.3 Quadro estratégico de resposta

4.4 Risco de agravamento

5. FERRAMENTAS DE APOIO IPC

5.1 Planilhas de análise

5.2 Protocolos cartográficos

5.3 Tabelas demográficas padronizadas

6. CONCLUSÃO

6.1 Potencial de reprodução e expansão

6.2 Desafios e evolução futura

APÊNDICES

APÊNDICE A Lista selecionada de fóruns nos quais o IPC foi apresentado

APÊNDICE B Perguntas mais frequentes

APÊNDICE C Sistema de análise da segurança alimentar da FSAU

APÊNDICE D Comparação de resultados IPC na Somália (2004 a 2006)

APÊNDICE E Níveis de alerta FEWS NET e ALRMP

APÊNDICE F Escala de magnitude da fome

APÊNDICE G Modelos de vulnerabilidade

APÊNDICE H Explicação das revisões introduzidas na Versão 1.1

APÊNDICE I Situação de segurança alimentar no Quênia, janeiro-junho de 2008

APÊNDICE J Bibliografia

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de referência

Tabela 2: Descrição geral das fases

Tabela 3: Resultados de referência – taxa bruta de mortalidade

Tabela 4: Resultados de referência – desnutrição aguda

Tabela 5: Resultados de referência – retardo de crescimento

Tabela 6: Resultados de referência - doença

Tabela 7: Resultados de referência – acesso a alimentos/disponibilidade

Tabela 8: Resultados de referência – Diversidade alimentar

Tabela 9: Resultados de referência – acesso a água/disponibilidade

Tabela 10: Resultados de referência - Destituição/deslocamento

Tabela 11: Resultados de referência – segurança civil

Tabela 12: Resultados de referência – estratégias de adaptação

Tabela 13: Resultados de referência - riscos

Tabela 14: Resultados de referência - estruturais

Tabela 15: Resultados de referência – bens de subsistência

Tabela 16: Quadro estratégico de resposta

Tabela 17: Níveis do risco de agravamento

Tabela 18: Planilha de análise: análise da fase atual/iminente e risco de agravamento

Tabela 19: Planilha de análise: Análise dos riscos imediatos, efeito sobre estratégias de Subsistência e implicações para Resposta imediata

Tabela 20: Planilha de análise: Análise das estruturas subjacentes, efeitos sobre bens de Subsistência e Oportunidades no médio e longo prazo

Tabela 21A: População estimada por Região em emergência humanitária (EH) e Crise aguda de alimentação e Subsistência, inclusive grupos de alto Risco

Tabela 21B: Tabela resumida

## LISTE DE MAPAS

Mapa 1: Análise da situação na Somália, projeção pós-Deyr 2005/06, janeiro de 2006 a junho de 2006

Mapa 2: Chifre da África. Projeção de segurança alimentar, julho a dezembro de 2006, com base numa hipótese de precipitação pluviométrica abaixo do normal (março de 2006)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Análise da situação” dentro de etapas amplas do “contínuo Análise-Resposta”

Figura 2: Principais passos para usar o IPC

Figura 3: Delineamento Espacial, Risco de agravamento e tendência projetada

Figura 4: Atributos definidores das Áreas em Crise

## LISTA DE ACRÔNIMOS

ACF	Action Contre la Faim
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALRMP	Projeto de gestão de recursos de terras áridas
BBC	British Broadcasting Corporation
CAP	Consolidated Appeal Process (processo de apelo comum)
CDC	Center for Disease Control
CE	Comissão Europeia
CILSS	Comité Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse au Sahel
CNN	Cable News Network
CSI	Coping Strategies Index (índice de estratégia de adaptação)
DFID UK	Department for International Development
DGA	Desnutrição global aguda
EFNA	Emergency Food Needs Assessment (avaliação das necessidades alimentares urgentes)
FANTA USAID	Food and Nutrition Technical Assistance (Assistência técnica em alimentação e nutrição)
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEWS NET	Famine Early Warning Systems Network (rede de sistemas de alerta precoce da fome)
FIVIMS	Food insecurity and Vulnerability Information and Mapping Systems (sistemas de informação e mapeamento da insegurança alimentar e vulnerabilidade)
FNPP	Programa de Parceria FAO/Países Baixos
FSAS	Food security Analysis System (Sistema de análise da segurança alimentar)
FSAU	Food Security Analysis Unit (Unidade de análise da segurança alimentar) - Somália
GIEWS	Global Informação Early Warning System (sistema mundial de informação e alerta precoce)

HEA	Household Economy Approach (enfoque da economia familiar)
HPG	Humanitarian Policy Group (grupo de política humanitária)
IASC UN	Inter-agency Standing Committee (Comitê Permanente Interinstitucional)
ICRC	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
IDS	Institute of Development Studies
IPC	Quadro integrado de classificação da segurança alimentar
IRIN	Integrated Regional Information Networks (Rede integrada de informação regional)
Kcal	quilocalorias
LRRD	Linking Relief, Recovery, and Development (elos entre auxílio, reabilitação e desenvolvimento)
LUCC	Land Use and Land Cover Change (mudança de ocupação e uso do solo)
MSF	Médicos sem fronteiras
NAF	quadro de análise das necessidades
ODI	Overseas Development Institute
ONG	Organização não governamental
PAM	Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PMF	perguntas mais frequentes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCF – UK	Save the Children – Reino Unido
SCN - UN	Comitê Permanente de Nutrição da ONU
SENAC	Strengthening Emergency Needs Assessment Capacity (reforço da capacidade de avaliação das necessidades urgentes)
SLA	Sustainable Livelihood Approach (enfoque dos meios de subsistência sustentáveis)
SMART	Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions (monitoramento e avaliação padronizados da assistência e transição)
TBM	taxa bruta de mortalidade
UN/OCHA	Agência da ONU para a Coordenação de Assistência Humanitária

UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VOA	Voice of America
WFS	Cúpula Mundial de Alimentação

Tabela 1: Tabela de referência do IPC

Classificação da Fase

**Principais resultados de referência**

Resultados atuais ou iminentes na vida e subsistência.

Com base na convergência de evidências diretas e indiretas em vez de limites absolutos. Nem todos os indicadores devem estar presentes para classificação..

**Quadro estratégico de resposta**

Objetivos:

(1) mitigar resultados imediatos,

(2) apoiar a subsistência

e (3) abordar causas subjacentes

1A Segurança alimentar geral

1B Segurança alimentar geral

Taxa bruta de mortalidade < 0,5 / 10.000 / dia

Desnutrição aguda <3 % (w/h <-2 z-scores)

Retardo de crescimento <20% (h/idade <-2 z-scores)

Acesso a alimentos/disponibilidade geralmente adequado (> 2.100 kcal ppp dia), estável

Diversidade alimentar qualidade e quantidade consistente

Acesso a água/dispon. geralmente adequado (> 15 litros ppp dia), estável

Riscos probabilidade e vulnerabilidade moderada a baixa

Segurança civil paz estabelecida e estrutural

Bens de subsistência utilização geralmente sustentável (de 6 capitais)

Assistência estratégica a bolsões de grupos com insegurança alimentar

Investimento em sistemas de produção alimentar e econômica

Habilitar desenvolvimento de sistemas de subsistência baseados em princípios de sustentabilidade, justiça e equidade

Prevenir surgimento de obstáculos estruturais à segurança alimentar

Defesa de causas

## 2 Insegurança alimentar moderada/limitada

Taxa bruta de mortalidade <0,5 / 10.000 / dia; U5MR<1 / 10.000 / dia

Desnutrição aguda >3% mas <10 % (w/h <-2 z-score), faixa comum, estável

Retardo de crescimento >20% (h/idade <-2 z-scores)

Acesso a alimentos/disponibilidade quase adequado (2.100 kcal ppp dia); instável

Diversidade alimentar deficiência alimentar crônica

Acesso a água/dispon. quase adequado (15 litros ppp dia); instável

Riscos recorrentes, com alta vulnerabilidade

Segurança civil instável; tensão

Adaptação “estratégias de seguro”

Bens de subsistência utilização insustentável (de 6 capitais)

Estrutural Obstáculos pronunciados à segurança alimentar

Elaborar e implementar estratégias para aumentar estabilidade e resistência dos sistemas de subsistência, reduzindo o risco

Provisão de “redes de segurança” a grupos de alto risco

Intervenções para uso ótimo e sustentável dos bens de subsistência

Criar plano de contingência

Eliminar obstáculos estruturais à segurança alimentar

Monitoramento dos indicadores relevantes de resultado e processo

Defesa de causas

## 3 Crise aguda de alimentação e subsistência

Taxa bruta de mortalidade 0.5-1 / 10,000 / dia, U5MR 1-2 / 10,000 / dia

Desnutrição aguda 10-15 % (w/h <-2 z-score), > que usual, aumentando

Doença epidemia; aumentando

Acesso a alimentos/disponibilidade falta de garantias; 2.100 kcal ppp dia dilapidando bens

Diversidade alimentar deficiência alimentar aguda

Acesso a água/dispon. 7.5-15 litros ppp dia, dilapidando bens

Destituição/deslocamento emergente; difuso

Segurança civil conflito limitado, de baixa intensidade

Adaptação “estratégias de crise”; CSI > que referência; aumentando

Bens de subsistência dilapidação acelerada e crítica ou perda de acesso

Apoiar subsistência e proteger grupos vulneráveis

Intervenções estratégicas e complementares para acesso/disponibilidade imediata de alimentos E apoiar subsistência

Provisão selecionada de apoio setorial complementar (água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Intervenções estratégicas no âmbito comunitário e nacional para criar, estabilizar, reabilitar ou proteger bens prioritários

Criar ou implementar plano de contingência

Monitoramento dos indicadores relevantes de resultado e processo

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

#### 4 Emergência Humanitária

Taxa bruta de mortalidade 1-2 / 10,000 / dia, >2x taxa de referência, aumentando; U5MR > 2 / 10,000 / dia

Desnutrição aguda >15 % (w/h <-2 z-score), > que usual, aumentando

Doença Pandemia

Acesso a alimentos/disponibilidade insuficiência grave; incapaz de obter 2,100 kcal ppp dia

Diversidade alimentar Regularmente 3 ou menos grupos de alimentos consumidos

Acesso a água/dispon. < 7.5 litros ppp dia (uso humano somente)

Destituição/deslocamento concentrado; aumentando

Segurança civil conflito generalizado, alta intensidade

Adaptação “estratégias de risco”; CSI significativamente > que referência

Bens de subsistência quase completo e irreversível esgotamento ou perda de acesso

Proteção urgente de grupos vulneráveis

Acesso urgente a alimentos mediante intervenções complementares

Provisão selecionada de apoio setorial complementar (água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Proteção contra perda completa de bens de subsistência e/ou promoção de acesso

Monitoramento dos indicadores relevantes de resultado e processo

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

5 Fome ou catástrofe humanitária

Taxa bruta de mortalidade > 2 / 10,000 / dia (exemplo: 6,000 / 1,000,000 / 30 dias)

Desnutrição aguda > 30 % (w/h <-2 z-score)

Doença Pandemia

Acesso a alimentos/disponibilidade insuficiência extrema; muito abaixo 2,100 kcal ppp dia

Acesso a água/dispon. < 4 litros ppp dia (somente uso humano)

Destituição/deslocamento grande escala, concentrado

Segurança civil conflito generalizado, alta intensidade

Bens de subsistência perda completa; colapso

Proteção criticamente urgente da vida humana e grupos vulneráveis

Ampla assistência com necessidades básicas (alimento, água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Imediatas revisões de políticas/leis onde necessário

Negociações com vários interesses político-econômicos

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

Risco de agravamento

Vigilância

Risco moderado

Risco alto

Probabilidade

Ainda imprecisa

Probabilidade elevada

Alta probabilidade

Gravidade

Não se aplica

Especificada pela fase prevista e indicada pela cor das linhas diagonais no mapa

Indicadores de processo de referência

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade baixa ou incerta

Indicadores de processo: pequenas mudanças negativas

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade moderada

Indicadores de processo: grandes mudanças negativas

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade alta e baixa capacidade

Indicadores de processo: grandes e múltiplas mudanças negativas

Implicações para ação

Vigilância e análise rigorosa

Revisar atuais intervenções

Vigilância e análise rigorosa

Planejamento contingente

Acelerar atuais intervenções

Intervenções preventivas com maior urgência para população em alto risco

Defesa de causas

Tabela 2: Descrição geral das fases do IPC

Fase

Descrição geral

#### 1A Segurança alimentar geral 1B Segurança alimentar geral

Acesso a alimentos usualmente adequado e estável com risco moderado a baixo de passar à Fase 3, 4 ou 5.

#### 2 Insegurança alimentar moderada/limitada

Acesso a alimentos quase adequado com alto risco (devido a prováveis eventos e alta vulnerabilidade) de passar à Fase 3, 4 ou 5.

#### 3 Crise aguda de alimentação e subsistência

Insuficiência aguda e crítica de acesso a alimentos com desnutrição alta e acima do usual e esgotamento acelerado dos bens de subsistência que, se continuar, empurrará a população para a Fase 4 ou 5 e/ou provavelmente resultará em pobreza crônica.

#### 4 Emergência humanitária

Insuficiência grave de acesso a alimentos com mortalidade excessiva, desnutrição muito alta e aumentando, dilapidação irreversível dos bens de subsistência

#### 5 Fome ou catástrofe humanitária

Grave perturbação social com total falta de acesso a alimentos e/ou outras necessidades básicas onde são evidentes a fome em massa, morte e deslocamento

Tabela 3: Resultados de referência do IPC – taxa bruta de mortalidade

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Taxa bruta de mortalidade nº de mortes por 10,000 pessoas por dia

CMR <0.5

U5MR<=1

CMR < 0.5

U5MR<=1

CMR 0.5 - 1

umentando

U5MR 1-2

CMR 1-2,

umentando, ou

>2x taxa de referência

U5MR >2

CMR > 2

(exemplo: 6000 mortes / 1,000,000 pessoas / 30 dias)

Tabela 4: Resultados de referência do IPC – desnutrição aguda

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Desnutrição aguda

(w/h < -2 z -scores) <3%

>3% mas < 10%,

faixa usual,

estável

10-15%, > usual,

aumentando

>15%, > usual,

aumentando >30%

Tabela 5: Resultados de referência do IPC – retardo de crescimento

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

<20% 20-40% NCD

Retardo de crescimento

(h/idade <-2z scores)

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 6: Resultados de referência do IPC – doença

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Doença NCD

Surto epidêmico; aumentando

Surto pandêmico

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 7: Resultados de referência do IPC – acesso a alimentos/disponibilidade

Resultado de referência

FASE

Acesso a alimentos/disponibilidade

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Geralmente adequado, estável (2,100 kcal pppd)

Quase adequado, instável (2,100 kcal pppd)

Insuficiência (2,100 kcal pppd); satisfaz necessidades mínimas dilapidando bens

Insuficiência grave, incapaz de satisfazer necessidades mínimas

Insuficiência extrema; muito abaixo 2100 kcal ppp dia

Tabela 8: Resultados de referência do IPC – diversidade alimentar

Resultado de referência

FASE

Diversidade alimentar

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Consistência de qualidade e quantidade

Insuficiência crônica de diversidade alimentar

Insuficiência alimentar aguda

Regularmente 3 ou menos grupos de alimentos consumidos

NCD

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 9: Resultados de referência do IPC – acesso a água/disponibilidade

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

acesso a água/disponibilidade

Usualmente adequado, estável (>15 litros pppd)

Quase adequado, instável (>15 litros pppd)

7.5 - 15 litros pppd; satisfaz necessidades mínimas dilapidando bens

<7.5 litros ppp dia (somente uso humano)

< 4 litros ppp dia

Tabela 10: Resultados de referência do IPC – destituição/deslocamento

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

destituição/deslocamento

NCD

Emergente/difuso

Concentrado/aumentando

Grande escala, concentrado

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 11: Resultados de referência do IPC – segurança civil

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

segurança civil

Paz prevalecente e estrutural

Instável, tensão

Conflito limitado, baixa intensidade

Conflito generalizado, alta intensidade

Conflito generalizado, alta intensidade

Tabela 12: Resultados de referência do IPC – adaptação

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Adaptação

NCD

Estratégias de seguro

Estratégias de crise; CSI > referência aumentando

Estratégias de perigo; CSI significativamente > referência

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 13: Resultados de referência do IPC – riscos

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Riscos

Probabilidade ou vulnerabilidade moderada a baixa

Recorrente, com alta vulnerabilidade

NCD

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 14: Resultados de referência do IPC – estrutural

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Estrutural

NCD

Obstáculos pronunciados

NCD – Não é uma característica definidora

Tabela 15: Resultados de referência do IPC – bens de subsistência

Resultado de referência

FASE

Segurança alimentar geral

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

1A e 1B

Bens de subsistência (5 capitais: humano, social, financeiro, natural, físico)

Utilização geralmente sustentada

Utilização insustentável

Esgotamento acelerado e crítico ou perda de acesso

Esgotamento quase completo e irreversível ou perda de acesso

Perda completa; colapso

Tabela 16: Quadro estratégico de resposta

Classificação da Fase

Quadro estratégico de resposta

Ênfase Geral

Objetivos:

(1) mitigar resultados imediatos, (2) apoiar subsistência e (3) abordar causas subjacentes

1A e 1B            Segurança alimentar geral

Investimento em sistemas de produção de subsistência, comércio e distribuição; promover o desenvolvimento; abordar questões de equidade e sustentabilidade

Assistência estratégica a grupos com insegurança alimentar

Investimento em sistemas de produção alimentar e econômica

Habilitar desenvolvimento de sistemas de subsistência baseados em princípios de sustentabilidade, justiça e equidade

Prevenir surgimento de obstáculos estruturais à segurança alimentar

Defesa de causas

2 Insegurança alimentar moderada/limitada

Provisão de redes de segurança; redução de riscos; apoio à subsistência; abordar obstáculos estruturais

Elaborar e implementar estratégias para aumentar estabilidade e resistência dos sistemas de subsistência, reduzindo os riscos

Provisão de “redes de segurança” a grupos de alto risco

Intervenções para uso ótimo e sustentável dos bens de subsistência

Criar plano de contingência

Remover obstáculos estruturais à segurança alimentar

Monitorar indicadores relevantes de resultado e processo

Defesa de causas

### 3 Crise aguda de alimentação e Subsistência

Intervenções urgentes para aumentar acesso a alimentos/disponibilidade a padrões mínimos e prevenir destruição dos bens de subsistência.

Apoiar subsistência e proteger grupos vulneráveis

Intervenções estratégicas e complementares para aumentar imediatamente acesso a alimentos/disponibilidade E apoiar subsistência

Provisão selecionada de apoio setorial complementar (água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Intervenções estratégicas no âmbito comunitário e nacional para criar, estabilizar, reabilitar ou proteger bens de subsistência

Criar ou implementar plano de contingência

Monitorar indicadores relevantes de resultado e processo

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

### 4 Emergência Humanitária

Intervenções urgentes para prevenir desnutrição grave, inanição e dilapidação irreversível de bens aumentando acesso a alimentos/disponibilidade e outras necessidades básicas para padrões mínimos.

Proteção urgente de grupos vulneráveis

Acesso urgente a alimentos mediante intervenções complementares

Provisão selecionada de apoio setorial complementar (água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Proteção contra perda completa de bens de subsistência e/ou promoção de acesso

Monitorar indicadores relevantes de resultado e processo

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

### 5 Fome ou catástrofe humanitária

Proteção criticamente urgente de vidas humanas mediante ampla assistência de necessidades básicas (alimentação, água, saúde, abrigo, proteção ...)

Proteção criticamente urgente de vidas humanas e grupos vulneráveis

Assistência ampla a necessidades básicas (alimentação, água, abrigo, saneamento, saúde, etc.)

Revisões imediatas de políticas/leis, se necessário

Negociações com vários interesses político-econômicos

Usar “crise como oportunidade” para abordar causas estruturais subjacentes

Defesa de causas

Tabela 17: Níveis de risco de agravamento

Risco de agravamento

Vigilância

Risco moderado

Risco alto

Probabilidade

Ainda imprecisa

Probabilidade elevada

Alta probabilidade

Gravidade

Não se aplica

Especificada pela fase prevista e indicada pela cor das linhas diagonais no mapa

Indicadores de processo de referência

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade baixa ou incerta

Indicadores de processo: pequenas mudanças negativas

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade moderada

Indicadores de processo: grandes mudanças negativas

Ocorrência ou previsão de eventos adversos com impacto negativo sobre subsistência, vulnerabilidade alta e baixa capacidade

Indicadores de processo: grandes e múltiplas mudanças negativas

Implicações para ação

Vigilância e análise rigorosa

Revisar atuais intervenções

Vigilância e análise rigorosa

Planejamento contingente

Acelerar atuais intervenções

Intervenções preventivas com maior urgência para população em alto risco

Defesa de causas

Tabela 18: Planilha de análise

Parte 1: Análise da fase atual/iminente e risco de agravamento

Área de análise (região, distrito ou zona de subsistência):

Período da análise:

**Resultados de referência** (definidos pela tabela de referência IPC)

**Evidências diretas e indiretas da fase num determinado período**

- Listar evidências diretas e indiretas (por exemplo, indicadores de processo ou indiretos) de resultados (evidências diretas em negrito)
- Fonte das evidências
- Nível de confiabilidade das evidências (1= não confirmada, 2= pouco confiáveis 3= muito confiáveis)
- Identificar fase indicativa para cada evidência
- Indicar “Não se aplica” ou “Não disponível” se for o caso

**Fase projetada para o período** (faça um círculo ou destaque a Fase apropriada)

**Evidência do risco de agravamento ou Magnitude** (indicadores de risco e vulnerabilidade)

- Evidências que determinam o risco
- Fonte das evidências
- Nível de confiabilidade (1= não confirmada, 2= pouco confiáveis 3= muito confiáveis)

**Nível de risco** (faça um círculo ou destaque o nível apropriado e severidade prevista, se for o caso)

Taxa bruta de mortalidade

Segurança alimentar em geral 1A

Segurança alimentar em geral 1B

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

Sem alerta precoce

Vigilância

Risco moderado

o AFLC

o HE

o Fome / HC

alto risco

o AFLC

o HE

o Fome / HC

Desnutrição aguda •

Doença •

Acesso a alimentos/disponibilidade

• acesso a alimentos:

fontes de alimentos:

fontes de renda:

gastos:

poder aquisitivo:

Acesso Social:

• disponibilidade de alimentos

Produção:

Abastecimento:

Balanço de cereais:

• Outras medidas diretas:

Diversidade alimentar

Acesso a água/disponibilidade

Destituição/deslocamento

Segurança Civil

Adaptação•

Questões estruturais

Riscos

Bens de subsistência

(5 capitais)

Tabela 19: Planilha de análise

Parte 2: Análise de riscos imediatos, efeitos nas estratégias de subsistência e Implicações para uma resposta imediata

Área de análise (região, distrito ou zona de subsistência):

Período da análise:

ANÁLISE      AÇÃO

Fase atual ou iminente (faça um círculo ou destaque fase da parte 1)

Riscos imediatos (forças motrizes)

Problema direto de segurança alimentar (acesso, disponibilidade e/ou utilização)

Efeito nas estratégias de subsistência (resumo)

População afetada (características, percentagem e estimativa total)

Tendência projetada (melhorando, inalterado, piorando, sinais contraditórios)

Fatores de risco a serem monitorados

Oportunidades de resposta (para melhorar imediatamente acesso a alimentos)

Segurança alimentar geral 1A

Segurança alimentar geral 1B

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

Tabela 20: Planilha de análise

Parte 3: Análise das estruturas subjacentes, efeitos nos bens de subsistência e oportunidades no médio e longo prazo

Área de análise (região, distrito ou zona de subsistência):

Período da análise:

ANÁLISE          AÇÃO

Fase atual ou iminente (faça um círculo ou destaque fase da parte 1)

Causas subjacentes (degradação ambiental, sociais, má governança, marginalização, etc.)

Efeito nos bens de subsistência (resumo)

Tendência projetada (melhorando, inalterado, piorando, sinais contraditórios)

Oportunidades de apoiar subsistência e abordar causas subjacentes (política, programas e defesa de causas)

Segurança alimentar geral 1A

Segurança alimentar geral 1B

Insegurança alimentar moderada/limitada

Crise aguda de alimentação e subsistência

Emergência humanitária

Fome ou catástrofe humanitária

Capital físico:

Capital social:

Capital financeiro:

Capital natural:

Capital humano:

Capital político local:

Tabela 21A: População estimada por região em emergência humanitária (EH) e crise aguda de alimentação e subsistência (CAAS), incluindo grupos de alto risco.

Regiões afetadas

População estimada das regiões afetadas<sup>1</sup>

População estimada em situação de CAAS e EH

Crise aguda de alimentação e subsistência (CAAS)<sup>2</sup>

Emergência Humanitária (EH)<sup>2</sup>

Total em CAAS e EH como % da população da região

Norte

Bari

Nugal

Sanag

Sool

Togdheer

Litoral (pesca)

SUBTOTAL

Central

Galgadud

Mudug

SUBTOTAL

Sul

Bakol

Bay

Gedo

Hiran

Juba inferior

Juba central

SUBTOTAL

TOTAL

Tabela 21B: Tabela resumida<sup>2</sup>

População avaliada e contingente em CAAS ou EH

População urbana em áreas de crise no Sul<sup>3</sup>

Populações avaliadas, urbanas e contingentes em CAAS e EH

Número estimado de pessoas deslocadas<sup>5</sup>

Total da população estimada em crise

1 Fonte: WHO 2004. Inclui somente população em regiões afetadas. O PNUD recentemente divulgou cifras da população regional referentes a 2005. Contudo, essas estimativas não foram finalizadas e, portanto, não foram usadas nesta análise.

2 As estimativas foram arredondadas para os cinco mil mais próximos, com base na população residente, sem considerar a migração atual ou prevista, incluindo a população em alto risco de CAAS ou EH (estimada em 210.000) para fins de planejamento.

3 Estimada aproximadamente como 30% e 20% da população urbana em EH e CAAS, respectivamente.

4 O número real é 1.660.000; porém, foi arredondado para 1.700.000 com fins de planejamento e para facilitar a comunicação.

5 Fonte: UN-OCHA atualizado em abril de 2004 (376.630) e mapa IDP da UNHCR dez. 2005 (407.000), arredondado para 400.000 como estimativa.

6 Percentagem da população total da Somália estimada em 7.309.266 (WHO 2004).

## 1. RESUMO EXECUTIVO

Na variada esfera da análise de segurança alimentar são cada vez mais fortes os apelos por melhorias analíticas, tais como: uma comparabilidade maior de resultados entre um e outro lugar, maior **rigor**, maior **transparência** das evidências de apoio a constatações, maior **relevância** para o processo decisório estratégico e concatenações mais sólidas entre informação e **ação**. A melhoria da análise ao longo dessas linhas possibilitaria intervenções de segurança alimentar mais **baseadas em necessidades, estratégicas e oportunas**.

Essencial para enfrentar esses desafios é o desenvolvimento de um sistema de classificação suficientemente genérico para ser utilizado numa vasta gama de situações de segurança alimentar, tipos de desastres e sistemas de subsistência; suficientemente **simples** para

permitir sua prática no campo e ser compreendido por múltiplos agentes; e suficientemente **rigoroso** para satisfazer padrões internacionais.

Desde fevereiro de 2004, a Unidade de Análise de Segurança Alimentar para a Somália (FSAU)<sup>1</sup> vem usando e desenvolvendo progressivamente uma ferramenta destinada a enfrentar esses desafios: o **Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC)**<sup>2</sup>. Valendo-se da extensa literatura sobre diretrizes humanitárias internacionais, aspectos de sistemas de classificação existentes e análise *in situ* de segurança alimentar na Somália, o IPC tem consistentemente comprovado que melhora a análise e facilita uma resposta mais efetiva.

A partir do lançamento, em 2006, do Manual do IPC, muitos países da África, Ásia e América Central introduziram o IPC para melhorar a análise de segurança alimentar. Com base nessas experiências de campo e na ampliação das consultas entre governos, agências da ONU, ONGs e instituições acadêmicas, esta Versão 1.1, revisada, do Manual do IPC, introduz importantes mudanças estruturais e oferece esclarecimentos sobre questões selecionadas. Ver no preâmbulo desta Versão 1.1 um resumo dessas revisões e esclarecimentos.

O IPC é um conjunto de protocolos destinados a consolidar e sintetizar a **análise de situação**, uma fase distinta, muitas vezes desconsiderada (ou subentendida), do *continuum* análise-resposta em matéria de segurança alimentar. A análise de situação é uma etapa fundamental em que se identificam aspectos cruciais (severidade, causas, amplitude) de uma situação determinada, que foram objeto de amplo consenso entre os principais interessados, como governos, agências da ONU e ONGs, doadores, a mídia e comunidades alvo.

A lógica analítica do IPC consiste em classificar as diferentes fases de situações humanitárias ou de segurança alimentar em função dos efeitos provocados sobre a vida e subsistência. Tais efeitos dependem não apenas de acontecimentos que representam risco imediato, mas também de causas subjacentes e de vulnerabilidades específicas dos sistemas de subsistência (incluindo tanto os bens quanto as estratégias de subsistência). Esses efeitos são referenciados de acordo com as normas internacionais e sua convergência consubstancia a classificação da fase para uma área. Cada fase guarda associação com uma estrutura singular de resposta estratégica, ao passo que a configuração dos resultados para cada situação ajuda a adotar uma

---

Notas:

<sup>1</sup> A FSAU é implementada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e financiada pela Comissão Europeia e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

<sup>2</sup> IPC é um acrônimo da expressão “integrated phase classification”.

resposta específica para tal situação. Enquanto o quadro de classificação descreve a situação atual ou iminente de determinada área, os níveis de risco de agravamento são um instrumento de previsão para comunicar a probabilidade e severidade de uma eventual deterioração da situação, além da própria classificação da fase.

O IPC consiste de quatro componentes, a saber: a **Tabela de Referência**, as **planilhas de análise**, os **protocolos cartográficos** e as **tabelas demográficas**.

A **tabela de referência** do IPC orienta a análise para a **fase de classificação** da fase e o risco de agravamento. O quadro de classificação divide-se em cinco **fases: segurança alimentar geral (1A e 1B), Insegurança alimentar moderada/limitada, crise aguda de alimentação e subsistência, emergência humanitária e fome/catástrofe humanitária**. As cinco fases são geralmente suficientes para acomodar uma ampla gama de causas, sistemas de sustento e contextos políticos/econômicos, mas sua distinção capta diferenças essenciais nas implicações para ação (incluindo tipo de estratégia, urgência e imperativo ético).

Cada fase está associada a um conjunto de **indicadores de impacto de referência** relativos ao bem-estar humano e aos meios de sustento que orientam a classificação, a saber: *taxa bruta de mortalidade, desnutrição aguda, doença, acesso a alimentos e sua disponibilidade, diversidade alimentar, acesso a água e sua disponibilidade, indigência e deslocamento, segurança civil, adaptabilidade e bens de subsistência*. A amplitude dos resultados possibilita uma triangulação e assegura a adaptação do IPC a uma ampla variedade de situações. O fato de os resultados poderem ser analisados à luz de normas internacionais assegura a comparabilidade e a consistência da classificação de fases em diferentes países e contextos.

Cada fase também está associada a um **quadro estratégico de resposta** que fornece indicadores estratégicos e não prescritivos para alcançar três objetivos: 1) mitigar efeitos negativos imediatos; 2) apoiar a subsistência; e 3) abordar as causas subjacentes e estruturais.

A tabela de referência também inclui três níveis de **risco de agravamento**: 1) **vigilância**, 2) **risco moderado** e 3) **alto risco**. Cada um deles está vinculado a informações cruciais requeridas para preparar um alerta precoce eficiente sobre uma possível deterioração da situação: probabilidade, severidade, indicadores de referência, implicações para ação e cronologia.

As **planilhas de análise** são tabelas que organizam elementos de informação cruciais de maneira transparente. As tabelas facilitam a análise para consubstanciar a classificação de fases e orientar a análise da resposta. Os protocolos cartográficos são um conjunto de

convenções cartográficas e de comunicação visual padronizadas para a eficaz transmissão de informação crucial para a análise da informação num só mapa. As tabelas demográficas são um meio de comunicação consistente e eficiente sobre estimativas demográficas por limites administrativos, sistemas de sustento e tipos de subsistência.

O IPC não é um método de avaliação por si só, e sim um sistema de classificação e um conjunto de protocolos para uma análise de situação que integra fontes de dados, métodos e análises múltiplas ( é possível escolher, por exemplo, metodologias de avaliação específicas que incluem as endossadas pelo Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), Save the Children – Reino Unido e muitos outros). O uso efetivo do IPC estimula uma abordagem mediante uma combinação de métodos que se torna obrigatória em razão da complexidade da análise e da necessidades de triangulação. Deste modo, o IPC oferece uma estrutura consistente e pertinente para uma análise final. Para consubstanciar uma declaração do IPC, sejam quais forem as metodologias específicas usadas, a legitimidade das fontes de dados e dos métodos analíticos deve ser rigorosamente avaliada e se refletir no nível geral de confiança.

O IPC não substitui sistemas ou metodologias existentes de informação sobre segurança alimentar. Trata-se de um “adendo” complementar que aproveita e focaliza sistemas analíticos existentes, permite a comparabilidade e estabelece um vínculo específico entre análise e ação. O IPC pode ser adaptado a uma ampla gama de sistemas de informação no que se refere a disponibilidade de dados, abordagem metodológica e capacidade humana.

O IPC enfatiza a análise de segurança alimentar mediante uma abordagem baseada nos meios de sustento, mas reconhece ser impossível separar a insegurança alimentar de crises associadas aos setores da saúde, água, proteção, saneamento, habitação e outros. Existe uma interação muito dinâmica entre esses setores; muitas vezes coexistem situações de deterioração e a tensão exercida sobre um setor pode repercutir nos demais.

Assim, o IPC dá ênfase à análise de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que integra aspectos humanitários afins. Isto não significa, porém, que o IPC substitua uma análise mais refinada de um qualquer setor.

O IPC agrupa e procura integrar:

- aspectos de sistemas de classificação existentes
- a amplitude das fases de segurança alimentar e não apenas situações de emergência
- segurança alimentar e nutrição

- vida e subsistência
- indicadores de processo e resultados
- informação e ação
- socorro, reabilitação, recuperação e desenvolvimento
- perspectivas imediatas e de longo prazo
- conceitos e prática
- normas teóricas e aspectos práticos
- responsabilidade da análise e resposta

*Talvez ainda mais importante, o IPC constitui uma **moeda corrente** que fazia muita falta para a análise de segurança alimentar.*

Na Somália e no Chifre da África, o IPC mostrou-se um efetivo meio de comunicação de complexas análises para agências da ONU, ONGs, governos, doadores e mídia. Também tem demonstrado constantemente que contribui para aumentar o consenso técnico, a comparabilidade no espaço e no tempo, a transparência mediante uma análise baseada em evidências e a eficácia do alerta precoce e da resposta estratégica.

No contexto da FSAU, o IPC insere-se na estrutura geral, conceitual, operacional e analítica do Sistema de Análise de Segurança Alimentar (FSAS) como meio de abordar os aspectos multifacetados dessa análise, mediante uma abordagem baseada nos meios de sustento e em evidências<sup>3</sup> (ver o diagrama no Apêndice C).

---

Notas:

<sup>3</sup> O Sistema de Análise de Segurança Alimentar da FSAU (FSAS) é uma estrutura abrangente que integra componentes conceituais, analíticos e operacionais da segurança alimentar mediante uma abordagem de meios de sustento. Os componentes analíticos principais do FSAS incluem: análise dos meios de sustento fundamentais, projeções sazonais de segurança alimentar, avaliações da segurança alimentar e da nutrição em situação de crise, acompanhamento dos indicadores principais, análises da nutrição e pesquisa aplicada. Outros componentes importantes incluem: sistema de gestão da informação, estratégia de comunicação, gestão e parcerias em rede. Os principais setores analíticos são: clima,

O caráter altamente dinâmico e complexo da análise de segurança alimentar no contexto da Somália proporcionou um vibrante “desenvolvedor” para o IPC – com sistemas múltiplos de meios de sustento que vão desde a agricultura até a pesca e o pastoreio, e uma variedade de riscos que vão desde as inundações até a insegurança civil e os tsunamis (FSAU 2005). Ainda mais importante é o fato de que o IPC foi desenvolvido *in situ* – valendo-se da literatura acadêmica e de diretrizes internacionais, mas impulsionado acima de tudo pelas realidades de uma análise de segurança alimentar realizada cotidianamente e empenhada em vincular a informação à ação (ver o Apêndice D).

São três os objetivos principais deste manual técnico:

- (1) prestar orientação técnica sobre o uso do IPC para a análise da segurança alimentar
- (2) contribuir para esforços em escala global relacionados com a melhoria e a padronização da análise de segurança alimentar
- (3) solicitar comentários da comunidade de segurança alimentar e ação humanitária como subsídio para a elaboração de futuras versões do manual.

O manual começa por discutir as razões da necessidade de um sistema comum de classificação e uma breve revisão dos sistemas de classificação existentes. Também fornece detalhes técnicos dos conceitos e do uso do IPC e finaliza com uma análise do potencial de aplicabilidade do IPC em maior escala a outros contextos nacionais, regionais e globais e futuros desafios.

## 2. ANTECEDENTES

### 2.1 Necessidade de um Sistema de Classificação da Segurança Alimentar

Com base num exame global da prática de avaliação de necessidades, o relatório HPG do Overseas Development Institute (ODI) intitulado “According to Needs? – needs assessment and decision-making in the humanitarian sector” (Darcy e Hoffman, 2003) identifica uma lacuna crítica na prática de avaliação de necessidades e da segurança alimentar. Embora exista uma definição de segurança alimentar amplamente aceita<sup>4</sup>, a classificação de diferentes

---

agricultura, pecuária, mercados, nutrição e segurança civil (FSAU 2004b). Ver mais detalhes em [www.fsasomali.org](http://www.fsasomali.org).

<sup>4</sup> “Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentação segura, nutritiva e suficiente para uma vida sadia e ativa”. Plano de Ação da Cúpula

situações em termos de níveis de severidade e implicações de ação carece de clareza e de definições comuns. Operacionalmente, essa falta de clareza é problemática porque o modo pelo qual uma situação é classificada determina não apenas a forma de intervenção, como também a fonte dos fundos e sua escala, o cronograma de planejamento e os papéis organizacionais das diferentes partes interessadas. É urgente a necessidade prática e operacional de um sistema de classificação da segurança alimentar amplamente aceito.

Essa “lacuna” e a resultante falta de clareza são bem reconhecidas por analistas, doadores, governos, agências executoras, entidades acadêmicas e a mídia. Iniciativas como o Projeto de reforço da capacidade de avaliação das necessidades urgentes (SENAC), da CE/PAM, o Programa de vinculação entre informação e ação, da CE/FAO, e o Programa de parceria FAO/Países Baixos (FNPP) concentram-se, todos eles, na melhoria das práticas de avaliação da segurança alimentar a fim de produzir respostas mais eficazes. ONGs como Save the Children, Oxfam, CARE, World Vision e outras também estão investindo na melhoria de práticas de avaliação. Instituições acadêmicas como o Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), em Sussex, a Universidade Tufts, Universidade Tulane e o Overseas Development Institute também orientam este diálogo e contribuem para o mesmo.

Existem diversas iniciativas em andamento para melhorar e desenvolver sistemas globais de classificação de segurança alimentar. Incluem-se entre estas iniciativas interinstitucionais e globais o Monitoramento e Avaliação Padronizados de Assistência e Transição (SMART 2006), o esforço de referência patrocinado pelo Ministério de Desenvolvimento Internacional da Grã-Bretanha (DFID 2005) e o Sistema de Rastreamento Humanitário, liderado pela OMS. A celebração de um acordo sobre um método de classificação de situações humanitárias também foi identificada como atividade prioritária no Comitê Permanente Interinstitucional das Nações Unidas como parte dos atuais esforços de reforma humanitária (OCHA 2006). Na prática, as comunidades da segurança alimentar e ação humanitária estão procurando chegar a um consenso sobre situações de classificação da segurança alimentar, atentando cada vez mais para princípios humanitários e a responsabilidade.

As lições aprendidas nesta última década de avaliação de crises de segurança alimentar e respectivas intervenções deixaram à mostra diversos e importantes desafios que podem ajudar a informar o desenvolvimento de um sistema global de classificação da segurança alimentar. Em suma, um sistema de classificação deve permitir:

---

Mundial de Alimentação, 1996. Os quatro pilares da análise da segurança alimentar incluem: acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade”.

- **Consenso técnico:** As crises de segurança alimentar sempre envolvem múltiplos atores, e a resposta é muito mais eficaz (seja alavancagem de recursos ou coordenação) se existir consenso técnico quanto à análise da situação. Sem terminologia e critérios comuns, esse consenso é muito difícil de alcançar e pode ser solapado por questões de natureza não-técnica.
- **Comparabilidade no espaço:** Para assegurar o melhor uso de limitados recursos, as autoridades devem saber comparar a severidade de situações de crise entre um e outro lugar. Somente quando for possível fazer uma comparação como esta, com o uso de critérios comumente adotados, pode a assistência humanitária ser mais bem direcionada para os mais necessitados.
- **Comparabilidade no tempo:** Os responsáveis pelas decisões devem poder compreender a evolução de uma crise, se a situação melhora ou piora, a fim de intensificar, reduzir ou mudar o foco estratégico da intervenção e identificar critérios de saída.
- **Transparência baseada na análise de evidências:** Os analistas deveriam ser inteiramente transparentes no modo de estabelecer conclusões e as autoridades deveriam exigir evidências em apoio a conclusões. Sem critérios de referência, os requisitos para uma adequada base de evidências permanecem ambíguos.
- **Responsabilidade:** Sem normas consensuais sobre características de referência, a responsabilidade “analítica” não é possível. As características de referência são muito necessárias para evitar erros de ação (ou seja, exagerar uma crise, o que pode resultar em resposta excessiva) ou erros de omissão (ou seja, “não perceber” ou minimizar uma crise, o que pode resultar em falta de resposta). Os primeiros podem desperdiçar recursos e minar meios de sustento, ao passo que os outros podem resultar em perda de vidas humanas e pobreza crônica. Com critérios de referência e padrões de evidência, é possível impor a prestação de contas aos responsáveis pelas análises mediante revisão de seus pares e desafios públicos a conclusões questionáveis.
- **Alerta precoce eficaz:** As autoridades devem conhecer o potencial de severidade, a probabilidade e a ocasião de uma crise pendente. Sem um acordo técnico comum sobre a descrição de crises, as mensagens de alerta precoce podem ser ambíguas e passar despercebidas.
- **Uma resposta mais estratégica:** Dependendo do nível específico de severidade de determinada situação de segurança alimentar ou humanitária, é necessário que as estratégias de resposta sejam fundamentalmente de distintas gradações. Cumpra também avaliar inteiramente a lista de opções para mitigação de uma crise, em vez de recorrer a uma intervenção baseada na “oferta”.

## 2.2 Análise dos sistemas de classificação da segurança alimentar

Os sistemas de classificação não são novos, já que os meios de classificação da fome remontam aos Códigos Indianos de Fome (Brennan, 1984, e Howe e Devereux, 2004). Na

prática, é necessário algum tipo de classificação para dar sentido a análises de situação e transmiti-las às autoridades. Existem atualmente numerosas formas de definição e classificação de situações de segurança alimentar. Agências como Oxfam, o Programa Alimentar Mundial (PAM) da ONU, o Sistema Mundial de Informação e Alerta Precoce (GIEWS) da FAO, Médicos sem Fronteiras (MSF), a Rede de Sistemas de Alerta Precoce da Fome (FES ET), e muitos outros, desenvolveram diferentes sistemas de classificação de situações de crise de segurança alimentar. Os sistemas de classificação diferem dependendo do país, das instituições envolvidas e das pessoas que realizam a análise. Os sistemas operacionais atuais podem ser divididos a grosso modo em quatro tipos gerais: classificações em “termos relativos”, “definições orientadoras”, “aspectos específicos” e “limites referenciados”. O presente documento não apresenta um exame dos diferentes sistemas. Em vez disso, identifica brevemente aspectos de sistemas selecionados e ilustra suas diferenças e deficiências (ver em Darcy e Hoffman, 2003, um exame comparativo abrangente).

### **Sistemas de classificação baseados em “aspectos específicos”**

Certos sistemas de classificação baseiam-se em aspectos específicos destinados a distinguir categorias significativas de variáveis específicas tais como desnutrição, conflitos e estratégias de adaptação. Um exemplo é dado pelas diretrizes de nutrição de MSF (2000), em que etapas de insegurança alimentar são cotejadas com etapas de estratégias de adaptação divididas em estratégias de segurança, estratégias de crise e estratégias de catástrofe humanitária. Outros exemplos de um sistema de classificação específico são as tipologias de conflito desenvolvidas por Samarsingue *et al* (1999) para a USAID, e o sistema suíço de alerta precoce de conflito desenvolvido por Krummenacher *et al* (2001).

Estes sistemas são eficientes para proporcionar uma compreensão mais detalhada e sutil de algumas variáveis. A reunião desses sistemas de classificação por aspectos específicos num sistema integrado revela complexas relações entre variáveis e permite uma análise mais abrangente e robusta.

### **Sistemas de classificação baseados em “termos relativos”**

O sistema de classificação mais usado utiliza variações adjetivas de termos tais como “vulnerável”, “insegurança alimentar”, “zona sensível”, etc., para descrever ou classificar situações de insegurança alimentar. Este tipo de classificação, embora procure captar a essência geral de uma crise, baseia-se em termos relativos cujo significado presta-se a interpretações (mesmo se os próprios analistas entendem claramente o seu significado). Esse tipo de classificação pode ter integridade interna quando usada no âmbito de um país ou contexto específico, possibilitando que pessoas ou áreas geográficas sejam identificadas e priorizadas. Assim, podem chamar efetivamente a atenção para áreas prioritárias de um sistema e indicar o grau de severidade.

Contudo, estes “termos relativos” geralmente não se fazem acompanhar de características referenciais uniformes – expondo-se assim a interpretações tendenciosas e resultando em categorizações ambíguas ou subjetivas. Sendo assim, sistemas baseados em termos relativos habitualmente não permitem o consenso técnico e não são comparáveis no espaço e no tempo. A ambiguidade inerente aos termos relativos e a falta de claras características referenciais provocam, muitas vezes, falta de transparência e responsabilidade.

### **Sistemas de classificação baseados em “definições orientadoras”**

Outros sistemas de classificação utilizam “definições orientadoras” para chegar a uma classificação. Exemplos de definição orientadora são os atuais níveis de alerta da rede FEWS NET (FEWSMET, 2005), mediante os quais áreas geográficas e países são divididos em níveis de emergência, alerta, vigilância, preocupação ou sem alerta.<sup>5</sup> Para cada um desses termos existe uma definição que orienta o seu uso consistente (Apêndice E). Além disso, a escolha de termos de classificação significa um recurso a diferentes ações, e a definição orientadora encerra amplas implicações para o processo decisório.

Outro exemplo de sistema que usa definições orientadoras é o projeto de gestão de recursos de terras áridas (ALRMP) no Quênia, em que os níveis de normal, alerta, alarme e emergência estão associados a definições orientadoras (Apêndice E). Outros exemplos de sistemas que usam definições orientadoras são a tipologia de severidade Oxfam, que usa o Tipo 1, o Tipo 2 e o Tipo 3 para descrever diferentes níveis de crise alimentar e nutricional, e o Sistema Mundial de Informação e Alerta Precoce (GIEWS), da FAO, que categoriza países com base em carências de abastecimento e acesso a alimentos.

Embora se destinem a oferecer orientação sobre o seu uso, as “definições orientadoras” são geralmente descritivas e se prestam a interpretação, limitando a comparabilidade no espaço e no tempo. Por exemplo: alguns lugares podem ser classificados como “emergência”, mas, na verdade, esta é menos grave do que em outro lugar que esteja sendo analisado por diferentes analistas, e vice-versa. A falta de características referenciais claras associadas às definições orientadoras limita o grau de comparabilidade da análise no espaço e no tempo e não estabelece, explicitamente, metas para uma análise baseada em evidências.

### **Sistemas de classificação baseados em “limites referenciados”**

---

<sup>5</sup> FEWS NET está elaborando uma versão revisada desse sistema de alerta.

Os sistemas de classificação por “limites referenciados” identificam indicadores mensuráveis de insegurança alimentar e estabelecem limites críticos para determinar diferentes fases. Tipicamente, esses indicadores “mensuráveis” orientam-se para os efeitos e baseiam-se na antropometria, incluindo desnutrição e mortalidade. São exemplo a Escala de Magnitude da Fome, desenvolvida por Howe e Devereux (2004), e a Classificação de Insegurança Alimentar, desenvolvida por Darcy e Hoffman (2003).

A Escala de Magnitude da Fome, de Howe e Devereux, inclui seis níveis de intensidade da fome, a saber: condições de segurança alimentar, condições de insegurança alimentar, condições de crise alimentar, condições de fome severa, condições de fome grave e condições de fome extrema. Cada nível é referenciado em relação a limites específicos de desnutrição e mortalidade e a descritores de meios de subsistência. Essa escala de intensidade é complementada por uma escala de magnitude, de acordo com as cifras de mortalidade resultantes de uma crise (Apêndice F).

A classificação de insegurança alimentar, de Darcy e Hoffman, inclui quatro níveis: insegurança alimentar crônica, crise alimentar aguda, crise alimentar de longo prazo e fome. Cada um desses níveis está associado a índices específicos de desnutrição e mortalidade, bem como a indicadores gerais de segurança alimentar. Esta classificação também associa cada nível a respostas gerais.

Ambas as iniciativas empenham-se explicitamente em fazer a classificação comparável no tempo e no espaço, referenciando-a a critérios quantificáveis internacionalmente aceitos. O IPC baseia-se nesta vinculação de categorias a indicadores mensuráveis e integra um conjunto mais abrangente de efeitos sobre a vida e os meios de sustento. Também as vincula a respostas, ao alerta precoce, procedimentos de análise, convenções cartográficas e convenções sobre tabelas demográficas.

### 3. VISÃO GERAL DO IPC E “ANÁLISE DE SITUAÇÃO”

Para abordar os importantes desafios assinalados anteriormente, a FSAU desenvolveu o Quadro Integrado de Classificação Alimentar (IPC), que se baseia nos pontos fortes dos principais tipos de sistemas de classificação e faz algumas contribuições únicas.

O IPC permite uma análise composta de situações de segurança alimentar, reunindo múltiplos indicadores de bem-estar humano e meios de sustento como fatores de orientação de uma análise consistente e útil. Embora seja um processo separado, o uso do IPC baseia-se em

metodologias específicas utilizada para coligir e analisar conjuntos de dados específicos. Desse modo, o IPC permite uma meta-análise de dados existentes e de informação de uma variedade de fontes, que são então sintetizadas na análise da situação.

O IPC ajuda a atingir os objetivos da Carta Humanitária (Sphere 2004) e de numerosas convenções que reafirmam direitos humanos, como o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação (FAO, 1996). O IPC foi concebido em torno de amplas estruturas conceituais para a análise da segurança alimentar, sustentadas pelos quatro pilares de acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade, e abrange o modelo de análise das causas de desnutrição do UNICEF (1996) e a análise das teorias do direito de Sem (198). Do ponto de vista analítico, o IPC baseia-se numa interpretação ampla de um enfoque de subsistência (FSAU 2004), que inclui estratégias de subsistência extraídas do Enfoque da Economia Familiar (SCF-UK 2000) e bens de subsistência, extraídos do Enfoque dos Meios de Subsistência Sustentáveis (Frankenburger 1992, e DFID 2001).

#### Revisão

A denominação do IPC foi revisada para omitir o termo “humanitária”.

Ver explicação no Apêndice H.

### 3.1 Foco do IPC

O IPC é um conjunto de ferramentas para orientar e comunicar a análise da situação em matéria de segurança alimentar. A mudança de denominação descrita na seção anterior deverá contribuir para esclarecer ainda mais o foco na análise da segurança alimentar, em contraste com a análise humanitária multissetorial. O IPC inclui uma tabela de referência que serve de base para classificações que utilizam normas comuns. Suas ferramentas de apoio incluem planilhas de análise, protocolos cartográficos e tabelas demográficas. Embora preencha uma lacuna crítica na análise geral de segurança alimentar e resposta, o IPC não é uma panacéia para os múltiplos desafios de uma análise da segurança alimentar.

O IPC pode contribuir para melhorar sistemas de coleta de dados, acompanhamento e informação, metodologias, capacidade dos analistas e outros fatores importantes na análise de segurança alimentar, mas não é um instrumento para enfrentar diretamente esses desafios. Além disso, ainda que possa servir de apoio para melhorar a análise da resposta, o planejamento, a implementação de ações e o acompanhamento do projeto, o IPC só pode ser considerado como um insumo sólido e consistente desses processos.

No IPC, a análise da situação tem fortes vínculos, mas não se confunde, com a análise da resposta. De fato, a análise da resposta é considerada como uma etapa vinculada ao IPC, mas separada deste. Essa distinção contribui para assegurar que a análise do IPC seja feita com isenção – ou seja, com o máximo isolamento possível de pressões institucionais, financeiras e políticas capazes de influenciar ações humanitárias. Manter a separação entre a análise de situação e a de intervenção é a melhor forma de garantir que haverá uma base sólida e comumente aceita para planejar e implementar intervenções.

O IPC vincula-se à análise da resposta de quatro formas, a saber: 1) o quadro estratégico de resposta, que proporciona orientação genérica para o que fazer em cada fase; 2) as planilhas de análise, que documentam características específicas de uma fase projetada e do risco de agravamento e identificam oportunidades de intervenções de curto e longo prazo; 3) os protocolos cartográficos, que mostram graficamente aspectos centrais da análise de situação; e 4) o relatório da análise de situação, que complementa com mais detalhes e profundidade os resultados padronizados da análise IPC. As planilhas de análise identificam “oportunidades de intervenções”, mas na verdade não formulam recomendações de planejamento; isso requer uma análise da resposta subsequente, que considera questões tanto técnicas como operacionais. Como extensão da idéia de criação de normas, também há lugar para o futuro desenvolvimento de protocolos comuns para a análise da resposta.

### **3.2 Lógica analítica do IPC**

O IPC é um instrumento para classificar diferentes etapas de situações de segurança alimentar com base nos efeitos sobre a vida e subsistência. Os resultados são uma função de riscos imediatos e causas subjacentes, bem como de vulnerabilidades específicas dos sistemas de sustento (incluindo bens de sustento e estratégias de sustento). Os resultados são cotejados com normas internacionalmente aceitas e sua convergência consubstancia a classificação de fase para uma área determinada. Cada fase está associada a um quadro estratégica de resposta, ao passo que a configuração do resultado para uma situação orienta o desenvolvimento das respostas mais apropriadas dentro daquele quadro. Ao passo que a classificação de fase descreve a situação atual ou iminente para uma determinada área, os níveis de **risco de agravamento** são um instrumento de previsão para comunicar a possibilidade de agravamento adicional da situação.

### **3.3 Componente do IPC**

O IPC compõe-se de um conjunto de ferramentas, a saber: a **tabela de referência**, as **planilhas de análise**, os **protocolos cartográficos** e as **tabelas demográficas**.

A **tabela de referência** do IPC orienta a análise para a **classificação de fases** e para os níveis do **risco de agravamento**. A classificação de fases categoriza áreas geográficas e grupos sociais em cinco fases: segurança alimentar geral (1ª e 1B), insegurança alimentar moderada/limitada, crise aguda de alimentação e subsistência, emergência humanitária e fome/catástrofe humanitária. Um conjunto de **resultados de referência** está associado a cada fase, para orientar a análise final. Trata-se de padrões internacionalmente aceitos, representativos de uma ampla gama de efeitos sobre o bem-estar humano e os meios de sustento que possibilitam a triangulação e asseguram a adaptação do IPC a uma ampla variedade de situações.

A fim de facilitar a vinculação entre informação e ação, cada fase está associada a um **quadro estratégico de resposta** que oferece orientação estratégica, mas genérica, para a consecução de três objetivos:

- (1) Mitigar efeitos negativos imediatos
- (2) Apoiar a subsistência
- (3) Abordar causas subjacentes/estruturais

A tabela de referência também inclui protocolos indicativos do **risco de agravamento**, os quais se dividem em três níveis: 1) vigilância, 2) risco moderado e 3) risco elevado. Cada um desses níveis está associado a informação essencial necessária para um efetivo alerta precoce: probabilidade, severidade, variações em indicadores de processo e implicações para a ação (a duração esperada da análise de situação está incluída nos protocolos cartográficos).

#### Revisão

A expressão “Níveis de alerta precoce” foi substituída por “Risco de agravamento”. Ver explicação no Apêndice H.

#### Revisão

A fase de “segurança alimentar geral” foi provisoriamente revisada para oferecer aos usuários duas opções: 1A e 1B. Com base em testes de campo, a Versão 2 do Manual do IPC muito provavelmente introduzirá uma nova fase entre as atuais fases 1 e 2. Veja explicação no Apêndice H e mapa do Quênia no Apêndice I.

#### Revisão

A fase denominada “insegurança alimentar crônica” mudou para “insegurança alimentar moderada/limitada”. Ver explicação no Apêndice H.

As **planilhas de análise** são tabelas que organizam peças básicas de informação de maneira transparente, para consubstanciar a classificação de uma fase. Incluem importante informação adicional para orientar uma resposta eficaz. Os **protocolos cartográficos** são um conjunto de convenções cartográficas e de comunicação visual padronizadas que transmitem efetivamente informação essencial sobre uma análise de situação num só mapa. As **tabelas demográficas** são instrumentos para comunicar de modo consistente e eficiente estimativas demográficas por limites administrativos, sistemas de subsistência e tipos de meios de sustento.

### 3.4 Análise da situação

O IPC possibilita uma análise e uma comunicação coerentes da **análise da situação** – uma etapa distinta, mas muitas vezes negligenciada ou presumida do “continuum análise-resposta”. O diagrama abaixo ilustra o seu relacionamento com outras fases importantes, a saber: análise da resposta, planejamento da resposta, implementação da resposta e acompanhamento/avaliação.

Constam a seguir os **objetivos** gerais de cada fase:

- Análise da situação: identificar os aspectos fundamentais de uma situação (por exemplo, severidade, magnitude, causas, etc.) que são mais relevantes e essenciais para uma resposta eficiente e sobre os quais deveria existir um amplo consenso técnico.

- Análise da resposta: identificar o âmbito das possíveis respostas estratégicas que seriam mais eficazes e eficientes para atenuar os efeitos imediatos, manter os meios de subsistência e abordar causas subjacentes.
- Planejamento da resposta: identificar e disponibilizar condições de operação e sistemas para permitir uma resposta eficaz e eficiente. Inclui logística, financiamento, parcerias institucionais, defesa de causas, treinamento, etc.
- Implementação da resposta: implementar múltiplas modalidades operacionais para realizar uma intervenção eficaz e eficiente.
- Acompanhamento/Avaliação: detectar mudanças na implementação da resposta e na análise da situação; determinar os desejados graus de impacto a partir dos resultados do projeto e das perspectivas gerais de impacto; e informar ajustes na intervenção, se necessários.

Cada uma destas fases envolve especializações, instituições, cronogramas e resultados específicos. Portanto, justificam protocolos distintos e especificamente preparados para facilitar a etapa e assegurar padrões mínimos de coleta de informação, rigor e consistência.

O IPC proporciona protocolos essenciais para a análise da situação e fornece a plataforma para a subsequente análise da resposta, planejamento da resposta, implementação da resposta e acompanhamento/avaliação. Embora não estejam cobertos por este manual, estes últimos aspectos do “continuum” análise/resposta também justificam protocolos e normas básicas. O Quadro de Análise das Necessidades (NAF 2005) é um exemplo de esforço global de oferta de protocolos para análises de respostas multissetoriais e interinstitucionais (IASC 2005).

A análise da situação é fundamental para o planejamento e implementação de intervenções subsequentes. Idealmente, deveria existir consenso geral entre todos os atores (agências da ONU, ONGs, governos, doadores, a mídia e as populações afetadas) a respeito da análise de situação. A solidez do consenso sobre a análise de situação leva a uma coordenação efetiva, maior mobilização de recursos e resposta mais eficiente.

Os aspectos principais da análise da situação incluem :

- Severidade da situação – Qual é o grau de severidade da situação no que se refere a impactos sobre a vida humana e a subsistência?
- Extensão geográfica – Qual é, aproximadamente, a área geográfica atingida pela crise? Essa área deveria ser definida segundo uma análise espacial real, mas pode ser orientada pelas zonas de subsistência, limites administrativos, zonas agroecológicas e outros marcadores espaciais.

- Magnitude (número de pessoas) – Qual é o número estimado de pessoas submetidas a diferentes níveis de severidade da crise?
- Causas imediatas – Quais são as causas diretas ou aproximadas da crise?
- Causas subjacentes – Quais são as causas subjacentes, remotas ou estruturais da crise?
- Identificação de necessidades gerais – Quais são as necessidades humanas básicas e os aspectos dos sistemas de subsistência que requerem apoio?
- Recorrência de crise – Com que frequência a área foi atingida por crises nos últimos dez anos?
- Critérios de focalização social – Quais são os critérios principais para intervenções focalizadas nos grupos sociais mais apropriados?
- Tendência projetada – As tendências projetadas para a área de crise deverão melhorar, piorar ou permanecer estáveis em futuro previsível?
- Nível de confiança da análise – Qual é o nível geral de confiança da análise, segundo os analistas e com base numa crítica heurística dos dados disponíveis?

O IPC integra todos estes aspectos da análise de situação nas planilhas de análise e estabelece a sua comunicação com os protocolos cartográficos.

### 3.5 Passos para a utilização do IPC e sua adaptabilidade a diferentes sistemas de informação

O processo geral de utilização do IPC envolve seis passos principais (Figura 2). Sua observância dará margem a uma análise baseada em evidências, com consenso técnico e vinculação da informação à ação – tudo isso é essencial para a integridade técnica do IPC.

O IPC foi concebido para adaptar-se a uma ampla variedade de sistemas de informação e abordagens analíticas. Na maioria dos países que sofrem de insegurança alimentar crônica ou crises humanitárias recorrentes, existe algum tipo de sistema de informação, desde um sistema muito rigoroso e abrangente, até um sistema mínimo ou informal. O IPC também foi concebido para apoiar-se em sistemas de informação existentes em qualquer país (como se fosse um componente “adicionado”) e para ajudar a fazer uso mais rigoroso, consistente e significativo desses dados e da análise. Como tal, o IPC pode ser igualmente aplicado em cenários “ricos em dados” e “carentes de dados”.

### 3.6 O processo de análise IPC

O IPC é um conjunto de ferramentas para realizar uma meta-análise, fundamentada em evidências, de situações de segurança alimentar, com base em quadros conceituais bem aceitos, tais como: 1) os “pilares da segurança alimentar” (acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade); 2) análise dos meios de sustento, que incorpora estratégias de subsistência (ou seja, como vive e como se comporta a população) e bens de subsistência (ou seja, o conjunto de recursos que as pessoas podem acumular e aproveitar, juntamente com políticas, instituições e processos); 3) a equação de risco básica, que mostra que o risco é uma função dos perigos e da vulnerabilidade; 4) enfoque duplo para as intervenções, que permite abordar problemas imediatos e, simultaneamente, as causas subjacentes e a promoção do desenvolvimento sustentável. O uso eficiente do IPC pressupõe que os analistas tenham um sólido conhecimento desses conceitos.

Como já se assinalou, o IPC não é uma metodologia. Ele reúne múltiplos métodos e fontes de dados em uma meta-análise completa da situação. A classificação baseia-se na documentação de todas as evidências diretas e indiretas disponíveis sobre os indicadores de referência do IPC, ao que se segue a determinação da fase e dos níveis de risco com base na convergência de evidências. Para os analistas, isto representa dois desafios: 1) a necessidade de reconciliar evidências potencialmente contraditórias; 2) na ausência de quaisquer medidas diretas (que requerem interpretação por si sós), a necessidade de interpretar o provável resultado do indicadores de processo e/ou indiretos.

O primeiro desafio requer que os analistas considerem todas as evidências disponíveis, inclusive seus indicadores, tendências de longo prazo, confiabilidade e provável importância numa situação. Dada a grande complexidade da modelagem operacional dessas dinâmicas, o IPC utiliza a colaboração de outros técnicos para avaliar as evidências disponíveis e chegar a um julgamento especializado, baseado em evidências e no consenso, sobre a fase ou o nível de risco que melhor descreve uma situação de segurança alimentar.

Em termos técnicos, este tipo de processo decisório assemelha-se a um processo délfico, em que o exame holístico e iterativo das evidências disponíveis entre diversos especialistas serve de base para a decisão final.<sup>6</sup> Isto posto, nem todas as conclusões do IPC são igualmente apoiadas por uma sólida base de evidências (o que se deve a limitações de dados, tempo e outros fatores), e o IPC permite que essa variação de rigor seja comunicada por meio dos níveis de confiança da análise, que mostram confiança baixa, média e alta para cada declaração do IPC.

---

<sup>6</sup> Num processo délfico puro, os especialistas são mantidos em anonimato mútuo para evitar tendenciosidades interpessoais na análise.

O segundo desafio – interpretar evidências indiretas como os indicadores de processo ou indiretos – requer que os analistas ponham em prática a abordagem de meios de subsistência e a equação de risco, perigo e vulnerabilidade. Por definição, os indicadores indiretos ou de processo não medem diretamente um resultado e requerem interpretação de acordo com o contexto histórico e o contexto de subsistência. A tabela de referência oferece uma referência comum para os resultados que devam ser comparados e cabe aos analistas proceder à associação apropriada entre evidências indiretas específicas e os resultados de referência do IPC.

O IPC não fornece limiares para a interpretação de evidências indiretas (por exemplo, preços de mercado, produção agrícola, chuvas, etc.) porque estas dependerão inteiramente de contextos ambientais e de meios de sustento locais e, portanto, não são comparáveis entre um lugar e outro. Não obstante, seria possível desenvolver limiares de referência para evidências indiretas no caso de zonas de subsistência específicas num país, e usar esses limiares para orientar internamente uma classificação de fase para aquela área. Dispor de informação básica sobre o sistema de subsistência e valores de referência de indicadores essenciais é muito útil para interpretar evidências indiretas.

### 3.7 Adequação e confiabilidade dos dados

Embora o ideal seja dispor de dados adequados e fidedignos para informar a análise IPC, a realidade prática é de que os dados nem sempre estão disponíveis ou são confiáveis. A abordagem do IPC consiste em reconhecer que, com ou sem dados ótimos, tomam-se decisões, e estas seriam mais bem informadas mediante a análise sistemática dos dados que existem. Tentativas iniciais de documentação de dados poderiam ser melhoradas à medida que cresce o volume de evidências. Assim, é possível realizar a análise IPC com dados esparsos ou muito abrangentes, e esta diferença deveria ser claramente indicada por meio dos níveis de confiança da análise. O nível de confiança da análise é informado por meio da avaliação geral de uma planilha de análise, dando-se consideração à abrangência das evidências, seu poder indicativo de um resultado de referência e sua confiabilidade (assinale-se que cada evidência recebe uma nota de confiabilidade). Futuras revisões do IPC procurarão tornar este processo mais quantificável e sistemático, mas por enquanto o nível geral de confiança é uma avaliação efetuada por consenso técnico entre os analistas.

### 3.8 Quando e com que frequência realizar uma análise IPC?

Embora possa ser realizada a qualquer momento, a análise IPC deve ser posteriormente atualizada sempre que a evidência indicar que a situação de segurança alimentar mudou ou poderá mudar no futuro. Portanto, trata-se de uma “análise viva”, constante e dinamicamente atualizada à medida que muda a situação de segurança alimentar ou se evidenciam novos dados de perigo/choque potencial. O registro histórico de planilhas de análise e mapas

cartográficos anteriores proporciona um valioso recurso para informar a análise IPC e compreender a evolução da segurança alimentar ao longo do tempo.

No mínimo, o IPC deveria ser atualizado sempre que uma nova evidência indique que a situação de segurança alimentar mudou ou poderá mudar no futuro. Se a análise IPC for realizada segundo a estação, a situação poderá mudar entre uma e outra análise devido a novos eventos de perigo ou agravamento adicional e a análise final deveria ser adequadamente atualizada.

### 3.9 Horizonte cronológico da análise IPC

A classificação de fases do IPC é uma projeção da fase mais provável para determinada área dentro do limite temporal da análise. Cabe aos analistas determinar um horizonte cronológico apropriado para a projeção, o que deveria ser influenciado primordialmente pelas necessidades dos responsáveis pelo processo decisório. Assim, a análise pode projetar a situação mais provável até o próximo evento conhecido que provavelmente mudará a situação de segurança alimentar (por exemplo, uma estação de chuvas) ou estender a projeção para além do evento.

A análise IC pode ser realizada para diferentes lapsos de tempo, incluindo projeções de curto prazo, projeções de prazo mais longo e até retrospectivamente. Os analistas deveriam definir claramente o horizonte temporal coberto por suas análises. Em certas situações, é possível realizar distintas análises IPC para períodos consecutivos múltiplos. Por exemplo: uma análise IPC poderia ser realizada mediante a projeção das condições de segurança alimentar previstas para os próximos seis meses, seguida de uma análise complementar separada dos três meses subsequentes, para a emissão de um alerta precoce de maior alcance.

### 3.10 Alerta precoce

No sentido mais básico, ocorre um alerta precoce sempre que a análise se projeta para o futuro. Trata-se de uma função do lapso de tempo entre a data de realização da análise e a data final da projeção. O próprio quadro de classificação de fases do IPC, na medida em que se projeta para o futuro, é uma declaração de alerta precoce. O “agravamento de risco” também é uma declaração de alerta precoce no sentido de que a situação poderia agravar-se ainda mais no período indicado da projeção.

### 3.11 Inclusão de “iminente” na Classificação de fases

A classificação de fases é referenciada contra o indicadores de resultado na tabela de referências do IPC e baseia-se na presença **atualmente** evidente desses indicadores e/ou na

sua **iminente** presença dentro do período da análise. A inclusão do termo “iminente” na projeção é crítica para assegurar a oportuna e adequada adoção de ações. Com a inclusão de “iminente” numa classificação de fase, os analistas estão comunicando que, se os resultados ainda não estão presentes, provavelmente estarão no período de tempo especificado (significando uma probabilidade muito alta, com grau de confiança muito alto) e, portanto, a área deveria ser tratada como incluída naquela fase, em termos de urgência de programação e planejamento.

### 3.12 Escala espacial da análise

A análise IPC pode ser realizada em qualquer escala – abrangendo desde todo o país até uma aldeia – dependendo das dimensões geográficas de uma crise, das necessidades das autoridades e aspectos práticos da realização da análise. Porém, tipicamente, a análise IPC é realizada com dimensões de escala média, informada pelas características geográficas de um episódio de perigo pelas condições biossociais subjacentes (por exemplo, zonas agroecológicas, zonas de subsistência, zonas de produção agrícola, topografia, etc.).

### 3.13 Apropriação institucional e processos

Essencial para a integridade técnica do IPC é seu processo de realização, que requer diferentes especialistas técnicos de várias instituições interessadas para alcançar um consenso técnico baseado numa convergência de evidências. Em conformidade com a abordagem baseada nos direitos, em que cabe aos governos nacionais a responsabilidade fundamental e suprema de assegurar a segurança alimentar, o IPC enfatiza para os governos nacionais um papel de liderança na análise IPC, apoiados, se necessário, por técnicos especializados internacionais. Isto garante a compreensão e a apropriação dos resultados do IPC.

No desenvolvimento e aplicação do IPC, os parceiros globais do IPC concordaram em aderir a um conjunto de princípios orientadores e de trabalho para a aplicação do IPC no âmbito de um país. Os princípios orientadores exploram as possibilidades de aplicação do IPC fora do seu contexto original de criação na Somália, levando particularmente em conta os imperativos de apropriação nacional e processos subjacentes. Tais princípios constam a seguir.

Princípios orientadores para a implementação do IPC com uma abordagem comum interinstitucional

1. A implementação do IPC deve ser um processo consensual facilitado por um amplo grupo de trabalho interinstitucional, de que participem representantes governamentais e outras partes relevantes.
2. Cumpra-se envidar todos os esforços para assegurar a participação e reforço da capacidade governamental e promover a apropriação e o fortalecimento do processo institucional.

3. As instituições colaboradoras do IPC devem empenhar-se na manutenção de padrões de análise do IPC acordados internacionalmente, mesmo durante a fase de desenvolvimento, de modo a não perder o potencial de comparação regional e global de resultados.
4. O calendário da análise deve estar vinculado a eventos/estações cruciais que afetam situações de segurança alimentar. O ponto de partida pode ser um evento de planejamento de múltiplas instituições.
5. Deve existir um compromisso dos membros do grupo de trabalho interinstitucional com o processo plurianual.
6. Sempre que possível, a implementação dos processos de IPC deve obedecer a demandas governamentais.
7. O início do IPC independe da disponibilidade de dados. A análise inicial da situação será útil e melhorará à medida que o processo prosseguir e destacará as principais lacunas de informação a serem preenchidas.
8. Quaisquer dados utilizados devem conter classificações de confiança.
9. O processo do IIPC deve abranger um mecanismo de formação de um compromisso institucional do governo.
10. Para promover a transparência, os resultados da análise do IPC devem ser oportunamente divulgados ao público.
11. A análise do IPC deve ser realizada com neutralidade técnica possibilitada por um amplo número de membros no grupo interinstitucional, e por meio de um processo transparente de formação de consenso, assegurando que os membros do grupo participem de acordo com sua capacidade técnica.
12. Os resultados do IPC deve ser submetidos a um processo de revisão externa, para fins de verificação de qualidade e manutenção de padrões.
13. O IPC deve ser desenvolvido como processo iterativo de aprendizado, em que instituições colaboradoras se comprometam a documentar a prática e as lições aprendidas.
14. A liderança dos processos de IPC nos países deve ser decidida pelo grupo interinstitucional interno, com base tanto em vantagens comparativas como em responsabilidades (por exemplo, liderança governamental).
15. O IPC deve ser utilizado para promover a participação de doadores no processo decisório, na medida do necessário.

### 3.14 Elementos técnicos centrais da Análise IPC

Dados os múltiplos componentes e o nível de orientação detalhada no IPC, pergunta-se frequentemente: “o que constitui uma análise IPC?”. Na verdade, a análise IPC pode ser

concebida em diferentes níveis, desde o próprio núcleo de elementos essenciais (que, se não for feito, significa que não se trata de uma análise IPC) até os elementos ótimos (o que exigirá mais esforço). A tabela seguinte distingue os três níveis de uso do IPC e apresenta critérios afins.

#### Nível de uso do IPC

##### Critérios mínimos

##### Nível 1 (elementos essenciais/centrais)

- Usar fases e terminologia do IPC ao descrever a severidade de uma situação de segurança alimentar.
- Associar fases a resultados na Tabela de Referência IPC
- Documentar dados de apoio a uma classificação de fase, usando a Parte 1 das planilhas de análise, e torná-la disponível para exame público.
- Realizar a análise com o grupo de trabalho técnico e sujeitá-la a exame dos seus pares
- Produzir um mapa IPC que, no mínimo, ilustre os resultados com o uso dos protocolos da legenda principal.

##### Nível 2 (elementos preferidos)

- Identificar outros elementos de uma análise de situação (além da severidade), tal como especificado nos Protocolos Cartográficos
- Produzir um mapa dos resultados, usando os Protocolos Cartográficos na legenda principal e na sub-legenda
- Comunicar estimativas da população, usando as Tabelas demográficas do IPC.

##### Nível 3 (elementos mais favoráveis)

- Preencher completamente as Partes 2 e 3 das planilhas de análise, para uma análise mais detalhada e abrangente da situação e para melhor informar as implicações para ação

#### 3.15 Contribuições especiais do IPC

O IPC incorpora muitos elementos dos sistemas de classificação previamente descritos e faz novas contribuições, a saber:

- Habilita a meta estratégica de salvar vidas mediante a inclusão da fase de crise aguda de alimentação e sustento, e da inclusão da análise de bens de subsistência nos resultados de referência, no quadro estratégico de resposta e nas planilhas de análise.
- Integra diversos resultados de referência (ademais de indicadores de nutrição), para permitir maior adaptabilidade a diferentes situações, praticidade em função de limitações de dados e mais oportunidades de triangulação.
- Inclui explicitamente aspectos fundamentais adicionais da análise da situação, como causas, magnitude, tendências projetadas, condições subjacentes e nível de confiança da análise.
- Dá aplicação prática ao conceito de convergência de evidências em apoio a uma classificação da fase. Tal praticidade deve-se ao caráter altamente complexo e dinâmico da classificação de situações de segurança alimentar e à ampla variação na disponibilidade de dados.
- Inclui um quadro estratégico de resposta ao mesmo tempo abrangente, genérico e de ampla aplicação associado a cada fase.
- Inclui aspectos multissetoriais de questões humanitárias, tanto como resultados de referência com no quadro estratégico de resposta.
- Oferece protocolos de alerta precoce e vincula os diferentes níveis de risco ao sistema de fases de classificação.
- Possibilita maior rigor e transparência ao apoiar a classificação com um abordagem baseada em evidências, com o uso de planilhas de análise padronizadas.
- Desenvolve protocolos cartográficos para possibilitar a comunicação clara e padronizada de uma análise complexa.
- Desenvolve tabelas demográficas padronizadas que identificam o número de pessoas em crise por fronteiras administrativas e sistemas de subsistência.

#### 4. TABELA DE REFERÊNCIA DO IPC – DIRETRIZES TÉCNICAS

A **tabela de referência** do IPC (ver Tabela 1) orienta a análise para a classificação da fase (tipos de fase, resultados de referência e quadro estratégico de resposta) e os níveis do **risco de agravamento** (probabilidade, gravidade, perigos e vulnerabilidades e implicações em termos de ação). Essas diretrizes técnicas analisam conceitos e especificações técnicas para cada um desses componentes.

##### 4.1 Tipos de fases

###### *Conceitos*

Dada a relativa urgência com que as decisões precisam ser tomadas em situações de crise da segurança alimentar, é preciso estabelecer uma distinção objetiva entre as classificações para evocar a relativa urgência, condições gerais e resposta apropriada. Reconhecemos a necessidade acadêmica de apresentar com nuances uma situação de segurança alimentar, mas para um alerta precoce efetivo e análise em tempo real, o IPC se concentra em “ter uma visão geral correta” para assegurar que as autoridades e partes interessadas possam distinguir claramente as diferenças importantes nas situações e responder apropriadamente.

O IPC classifica as áreas geográficas e grupos sociais em cinco fases: *Segurança alimentar geral (1A e 1B)*, *Insegurança alimentar moderada/limitada*, *Crise aguda de alimentação e subsistência*, *Emergência humanitária* e *Fome/catástrofe humanitária*. As cinco fases são bastante gerais para acomodar uma ampla gama de causas, sistemas de subsistência e contextos políticos/econômicos; mas sua distinção tem implicações profundamente diferentes em termos de ação (incluindo tipo de estratégia, urgência e imperativo ético).

A inclusão de todo o espectro – da segurança alimentar geral à fome – enfatiza que as intervenções de segurança alimentar são necessárias em todas as fases (não somente quando há uma emergência), embora o foco estratégico seja diferente. A terminologia de “fases” sublinha o caráter dinâmico e evolutivo (positivo ou negativo) da segurança alimentar. Na verdade, o IPC se aplica igualmente a situações que estão piorando ou melhorando, permitindo a análise comparativa de situações ao longo do tempo. Contudo, as mudanças de uma fase a outra não são necessariamente sequenciais (por exemplo, é possível pular da segurança alimentar geral para a emergência humanitária).

### *Especificações*

O IPC distingue cinco fases em termos de segurança alimentar e situação humanitária; cada uma tem uma definição geral além dos resultados de referência.

Essas descrições destacam distinções gerais entre as fases. Cada fase está associada a resultados de referência com limites absolutos e relativos. Os resultados de referência fornecem um meio objetivo de distinguir as fases e apoiam tecnicamente a classificação da fase, permitindo comparabilidade e responsabilidade na análise. Um aspecto singular do IPC é a inclusão explícita da crise aguda de alimentação e subsistência (fase 3) como fase de segurança alimentar e humanitária. A comunidade de segurança alimentar há muito reconhece a importância de entender a dinâmica de subsistência e os elos com a segurança alimentar (Frankenburger 1992, DFID 2001, WFP 2005). O IPC literalmente coloca a subsistência “em evidência” e chama atenção para essa fase crítica que talvez não seja “notícia para a CNN/BBC” com imagens de pessoas morrendo de fome, mas requer intervenções urgentes para impedir que a grande dificuldade de acesso a alimentos se torne uma

emergência humanitária. Além disso, ajuda a estabilizar a deterioração dos bens de subsistência ou a obter uma recuperação. Assim, a fase 3 é ao mesmo tempo um alerta precoce de emergência humanitária e uma fase crítica em si que justifica apoio urgente.

Embora a terminologia usada para rotular cada fase seja emotiva e selecionada para provocar ação urgente, o IPC procura ir além do uso desses termos como adjetivos e metáforas sujeitas à interpretação de vários interesses. Em vez disso, cada fase é explicitamente vinculada a um conjunto de critérios consistentes, objetivos e aceitos internacionalmente (ver seção 4.2 sobre resultados de referência). Portanto, cada uma tem um significado técnico específico que se torna moeda corrente para os analistas e outros agentes (governos, autoridades, órgãos executores, doadores, mídia, etc.).

## 4.2 Resultados de referência

### *Conceitos*

A classificação da fase é uma declaração analítica composta baseada numa convergência de evidências de **resultados de referência** representando denominadores operacionais comuns de bem-estar humano e subsistência. Para cada fase há um conjunto de resultados de referência que cobrem uma amplitude de resultados em termos de bem-estar humano, incluindo: taxa bruta de mortalidade, desnutrição aguda, retardo de crescimento, doença, acesso a alimentos/disponibilidade, diversidade alimentar, acesso a água/disponibilidade, indigência/deslocamento, segurança civil, perigos, adaptação, condições estruturais e bens de subsistência. Embora os resultados de referência sejam interpretados e ajustados para corresponder às fases, são obtidos a partir de normas internacionais e outros sistemas de classificação reconhecidos.

A **seleção** dos resultados de referência a serem incluídos no IPC baseia-se nos seguintes critérios:

- *Indicadores de resultado em vez de processo*: Trata-se de uma distinção crucial, que dá ao IPC comparabilidade no espaço e tempo, bem como responsabilidade. Os resultados de referência baseiam-se em indicadores do impacto. Independente da especificidade de uma situação (o sistema de subsistência, contexto socioeconômico, história, tipo de perigo, etc.), a comunidade internacional geralmente pode chegar a um acordo sobre os efeitos a evitar e os efeitos a serem visados em matéria de intervenções humanitárias e de segurança alimentar. Os resultados de referência da fase são, na medida do possível, orientados em torno de indicadores, embora mesmo esses representem diferentes etapas de efeitos (numa escala individual, a mortalidade, por exemplo, viria após as estratégias de adaptação).

Os indicadores de processo representam a dinâmica que leva a um resultado e incluem uma ampla gama de indicadores, como preços de mercado, clima, produção agrícola, condições da pecuária, etc. Embora os indicadores de processo sejam essenciais para a análise, trabalham juntos de maneira muito dinâmica e integrada e seu impacto final (resultado) depende das nuances de uma situação, incluindo o sistema de subsistência, contexto socioeconômico, história, tipo de perigo, etc. Por exemplo, um aumento de 50% no preço do leite (indicador de processo) tem um resultado completamente diferente num sistema de subsistência que produz leite do que num sistema que compra leite: pode ser benéfico para o primeiro e prejudicial para o outro.

Enquanto os indicadores de resultado proporcionam evidências diretas de uma classificação da fase, os indicadores de processo como evidências indiretas também podem ser usados para substanciar uma classificação da fase (ver mais explicações sobre uso na próxima seção).

- *Amplitude dos resultados*: Os resultados de referência incluem uma série de resultados relacionados direta ou indiretamente à segurança alimentar. O IPC enfatiza a análise da segurança alimentar, mas reconhece que é impossível separar a insegurança alimentar grave das crises nos setores de saúde, água, saneamento, habitação, etc. Há uma interação muito dinâmica entre esses setores, especialmente à medida que a situação se deteriora, pois em geral coexistem e qualquer crise num setor provavelmente provocará crise nos outros. Assim, o IPC enfatiza a segurança alimentar, mas integra outras preocupações humanitárias. Contudo, o IPC não visa a substituir uma análise mais refinada de um setor.
- *Menor número de resultados possível*: Embora vise a incluir um amplo espectro de resultados em termos de segurança alimentar, os resultados de referência são selecionados para ter o menor número possível. Reduzir ao mínimo esse número contribui para maior consistência e simplicidade na análise. Na verdade, os resultados de referência não são descrições completas de toda a dinâmica que ocorre numa fase, mas são identificados somente por sua capacidade de indicar a gravidade da fase.
- *Vidas e subsistência*: Os resultados de referência incluem impactos sobre as vidas humanas e a subsistência. Enquanto salvar vidas é um objetivo estratégico imediato, o socorro e a resposta devem mitigar a vulnerabilidade de indivíduos e comunidades a futuros perigos. Sem atenção estratégica para apoiar a subsistência, as pessoas podem cair na pobreza crônica e alta vulnerabilidade a futuros perigos, tornando-se assim incapazes de contribuir para o desenvolvimento nacional (Sphere 2004 e DFID 2001). O apoio à subsistência é uma meta estratégica em si.

O IPC integra a subsistência aos resultados de referência mediante o quadro básico do enfoque de subsistência sustentável que identifica cinco capitais: humano, financeiro, social, físico e natural. Um desafio atual e futuro do IPC é que a situação desses capitais, que pode ser legitimamente encarada como um resultado em si, é difícil de medir de maneira consistente e

objetiva. A elaboração de indicadores objetivos para análise dos bens de subsistência é uma área para futuro desenvolvimento.

- *Mensuráveis/práticos*: Apesar desses desafios em termos de subsistência, os resultados de referência são selecionados com base na capacidade de medi-los objetivamente de maneira razoavelmente prática. Embora os resultados de referência sejam tão objetivos quanto possível (por exemplo, limites antropométricos), ainda há algumas descrições qualitativas (por exemplo, níveis de deslocamento). Para cada resultado de referência, há uma série de metodologias que proporcionam objetividade e rigor para sua característica.

O uso dos resultados de referência para substanciar uma classificação da fase baseia-se no seguinte:

- *Resultados atuais ou iminentes*: A classificação da fase baseia-se nos resultados de referência que estão presentes numa situação ou são iminentes. Os resultados iminentes incluem as noções de futuro imediato/previsível e o nível de confiança em sua ocorrência. A inclusão de iminente na definição dos resultados é importante para assegurar uma resposta oportuna e ação apropriada antes de ocorrerem resultados negativos.

- *Convergência de evidências*: Embora o IPC se esforce para ter objetividade e consistência, o caráter extremamente complexo da análise da segurança alimentar torna a aplicação estrita de limites de um só indicador a uma ampla gama de situações tanto impraticável quanto tecnicamente questionável. Para superar isso, o IPC apoia a classificação da fase com base na convergência de evidências de múltiplas fontes (não limitadas a resultados de uma única avaliação) avaliadas por analistas. Os analistas usam os resultados de referência como um guia, mas fazem a classificação com base na convergência de evidências das fontes disponíveis. Isso pode incluir evidências diretas ou indiretas de resultados de várias fontes e indicadores de processo, dependendo da disponibilidade e praticidade dos dados.

Esse enfoque baseado em evidências não só é prático numa ampla gama de situações, mas atribui o ônus da prova aos analistas, que devem demonstrar a todas as partes interessadas (como se estivessem num tribunal) a validade e relevância das evidências que apoiam uma classificação, mesmo se esta se baseia numa “opinião pessoal”. Esse processo favorece a prestação de contas e permite críticas. Um componente adicional do IPC, as planilhas de análise, orientam a organização das evidências para facilitar a análise e aumentam a transparência das conclusões (ver detalhes mais adiante).

- *Sinais mistos dos indicadores*: Dada a complexidade e diversidade das situações humanitárias e de segurança alimentar, os indicadores talvez não apoiem consistentemente a mesma

classificação da fase. Embora isso seja uma realidade prática, o enfoque do IPC consiste em explicitar essas diferenças, examiná-las em seu contexto mais amplo e tentar fazer a classificação da fase usando uma convergência de evidências. Qualquer desvio notável dos indicadores será destacado nas planilhas de análise, e deve ser explicado.

- *Evidências diretas e indiretas*: A classificação da fase pode ser substanciada com evidências diretas ou indiretas. As evidências diretas incluem fontes de dados e métodos que indicam especificamente os resultados de referência associados a cada fase. As evidências indiretas, porém, incluem indicadores indiretos que substanciam os resultados de referência sem medição direta. Semelhantes às evidências corroborantes, as evidências indiretas em geral não se sustentam por si só, mas podem ser usadas para substanciar uma classificação da fase. Embora as evidências indiretas se situem à margem dos resultados de referência, são válidas e úteis para apoiar uma classificação da fase, embora com menor confiança que as evidências diretas. Por exemplo, evidências diretas de GAM podem incluir uma pesquisa aleatória de nutrição, enquanto as evidências indiretas incluem aumento na frequência a um centro de alimentação terapêutica.

A classificação em si, porém, é mais forte se for referenciada por resultados que podem ser objeto de amplo consenso e aplicáveis a uma ampla de situações. Para uma lista abrangente dos diferentes tipos de indicadores de processo e resultado, ver FAO/FIVIMS 2002 e Riely et al. 1999.

- **Adaptabilidade:** Ao atribuir ênfase à convergência de evidências em vez de aderência estrita a limites, o IPC pode acomodar uma variedade complexa de situações e, ao mesmo tempo, manter uma comparabilidade razoável. Na verdade, os resultados de referência listados para cada fase são apenas guias. Não precisam existir ou coincidir todos numa situação, mas são listados para indicar a amplitude de resultados e permitir triangulação (por exemplo, pode haver paz durante uma emergência humanitária). Como distinção importante de uma interpretação estrita de limites, os resultados de referência em geral incluem limites absolutos e variações das tendências normais. Embora esse enfoque exponha a classificação à interpretação dos analistas, qualquer desvio significativo dos resultados de referência seria evidente e exigiria uma explicação técnica para convencer as partes interessadas.
- **Consenso técnico:** A classificação da fase é apoiada não só por uma convergência de evidências, mas também, devido a múltiplas fontes de dados, métodos envolvidos e insumos de várias instituições, por um consenso técnico. Esclarecer o significado das evidências e aumentar sua acessibilidade permite que se alcance um consenso técnico mediante um processo de debate rigoroso e tecnicamente informado.

### **Especificações**

Embora o IPC se esforce para identificar limites objetivos e aceitos internacionalmente que correspondam a cada fase, alguns resultados são mais objetivos que outros. A tabela de referência (Tabela 1) ilustra a coleção de limites de referência para cada fase. Adiante apresenta-se uma explicação de cada característica de referência e sua relação com as fases.

### **Taxa bruta de mortalidade**

- **Importância:** Taxa bruta de mortalidade (TBM) é a “taxa de mortalidade de todas as causas para uma população” (WFP e CDC 2005, p. 220). É medida pela fórmula: (número de mortes durante um período) / (número de pessoas em risco de morrer durante o período) x (período) (WFP e CDC 2005). A taxa de mortalidade até 5 anos (TM5) é calculada da mesma maneira, mas os limites de referência diferem da TBM. O Sphere Handbook indica que TBM é “o indicador de saúde mais específico e útil para monitorar uma situação de desastre” (Sphere 2004, p. 260). Sob vários aspectos, é o indicador final de crises extremas de insegurança alimentar.

- **Referências/Fontes:** Em situações de emergência TBM e TM5 geralmente são expressadas como número de mortes/10.000 pessoas/dia. O Sphere Handbook indica: “A duplicação da TBM de referência indica uma importante emergência de saúde pública, que requer resposta imediata” (Sphere 2004 p. 260). State of the World’s Children (2003) do UNICEF indica que

para a África Subsaariana a TBM de referência é 0,44 e TM5 1,14. Também identifica limites de emergência: 0,9 TBM e 2,3 TM5 (UNICEF 2003). O Comitê de Nutrição das Nações Unidas assinala: “Os níveis de alerta da TBM e TM5 são 1/10.000/dia e 2/10.000/dia, respectivamente. TBM e TM5 de 2/10.000/dia e 4/10.000/dia, respectivamente, indicam uma situação grave” (SCN 2004 p. 37). Na “Famine Magnitude Scale” (2004) de Howe e Devereux a TBM para níveis de “Fome” e “Fome severa” é  $\geq 1$  mas  $< 5/10.000/dia$  e  $\geq 5$  mas  $< 15/10.000/dia$ , respectivamente. Muireann Brennan e Oleg Bilukha dos CDC recomendam que a TBM seja 1 a 2/10.000/dia para emergência humanitária e superior a 2/10.000/dia para fome (Brennan e Bilukha dos CDC, 11 de abril de 2006).

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC integra TBM em todas as fases. O IPC geralmente é coerente com as fontes citadas, com algumas modificações para corresponder às fases. O critério de “maior que duas vezes a taxa de referência” é incorporado na fase 4, bem como a dinâmica de “maior que o usual” e “aumentando” (que se aplica somente quando a situação está se deteriorando). Esses dois últimos critérios proporcionam referências adicionais que podem ser usadas em conjunto com limites absolutos para assegurar flexibilidade em muitas situações.

- **Limitações:** Apesar de sua relação direta com a insegurança alimentar extrema, pode ser difícil medir a TBM durante uma emergência. Os desafios incluem: (1) variações na população devidas à migração, (2) pequenas incidências com grande variabilidade, (3) grande possibilidade de situações “desconhecidas” e (4) outros problemas (ver em CDC 2005 uma explicação do cálculo da TBM).

- **Métodos potenciais:** O melhor método para medir a mortalidade é um sistema de vigilância em bom funcionamento que capte a maioria das mortes em instalações e na comunidade. Esse método permite uma análise diária das tendências, enquanto um censo ou pesquisa tem que ser repetido ao longo do tempo. Idealmente, um sistema de vigilância da mortalidade em bom funcionamento seria complementado por uma pesquisa que serviria como “controle da realidade”.

### ***Desnutrição aguda***

- **Importância:** A desnutrição aguda é definida como índice de peso/altura (p/a) inferior a -2. A taxa de desnutrição aguda global inclui a percentagem da população  $< -2$  mais os casos de edema. A desnutrição aguda é um indicador direto de variações recentes na situação nutricional. Níveis de desnutrição aguda altos ou crescentes na população indicam crise atual ou recente no âmbito individual ou familiar. Young et al. (2005) examina a importância e papel da informação sobre nutrição em sistemas de classificação humanitária.

- **Referências/Fontes:** O Comitê sobre Nutrição das Nações Unidas (SCN) afirma: “Uma prevalência de desnutrição aguda entre 5-8% indica uma situação nutricional preocupante e a prevalência acima de 10% corresponde a uma situação nutricional séria” (SCN 2004 p. 37). A OMS fornece as seguintes orientações: baixa ( $< 5\%$ ), média (5-9%), alta (10-14%) e muito alta

(>=15%) (FAO 2005, p 47). Howe e Devereux (2005) classificam “Fome” como 20-40% e “Fome severa” como >40%.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC incorpora desnutrição aguda em todas as fases, e é geralmente coerente com as fontes citadas. Um importante limite de referência é o da emergência humanitária, onde a desnutrição aguda é >15%. Fazendo ajustes para corresponder às fases do IPC, o limite de referência para fome/catástrofe humanitária é >30%, nível intermediário entre os limites usados por Howe e Devereux para “fome” e “fome severa”. O IPC inclui não só os valores absolutos dos níveis de desnutrição aguda para apoiar a classificação da fase, mas, para situações em deterioração, também inclui as noções de “aumentando” e “maior que usual”, permitindo assim uma análise mais contextual das taxas de desnutrição e seu significado.

-**Limitações:** A desnutrição aguda é um resultado direto da situação nutricional e de saúde, mas seu uso e interpretação tem algumas limitações: (1) a desnutrição aguda pode ser um indicador tardio de uma crise, e os mecanismos de resposta baseados nela podem ser muito tardios para uma ação eficaz; (2) em populações nas quais os níveis de desnutrição aguda são altos fora das épocas de crise, pode ser difícil interpretar os níveis durante períodos de crise; (3) há um debate no campo de nutrição para decidir se as taxas de desnutrição aguda podem ser comparadas entre grupos populacionais com estrutura fisiológica diferente (UNICEF a ser publicado, Bradbury 1998).

- **Métodos potenciais:** O método mais comum para estimar níveis de desnutrição aguda numa população é uma análise aleatória de amostras representativas. Um método de apoio é a medição do perímetro braquial. Outras evidências indiretas incluem dados de clínicas de saúde, admissões em centros terapêuticos e observação de especialistas.

### ***Retardo de crescimento***

- **Importância:** O retardo de crescimento é definido como índice tamanho/idade <-2. Os CDC assim definem retardo de crescimento: “Falha de crescimento numa criança que ocorre durante um lento processo cumulativo em resultado de nutrição inadequada e/ou infecções repetidas” (WFP e CDC 2005). Assim, os níveis de retardo de crescimento, para os quais a insegurança alimentar pode contribuir, indicam pobreza geral e desnutrição crônica.

- **Referências/Fontes:** A OMS fornece a seguinte orientação para interpretar a prevalência de retardo de crescimento como % do índice de altura/idade < -2: baixa (<20%), média (20-29%), alta (30-39%) e muito alta (>=40%) (FAO 2005 p47).

-**Limitações:** Além dos desafios normais da pesquisa por amostragem e coleta de dados, o retardo de crescimento apresenta um desafio adicional pois requer que se conheça a idade

dos sujeitos. Em muitas sociedades essa informação não está prontamente disponível ou é incorreta devido à falta de registro.

- **Métodos potenciais:** A melhor maneira de medir o retardo de crescimento é mediante pesquisas de população e sistemas de monitoramento da nutrição.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC somente inclui o retardo de crescimento nas fases de segurança alimentar geral e insegurança alimentar moderada/limitada, pois é uma medida dos efeitos da segurança alimentar no longo prazo; já a desnutrição aguda é uma medida melhor de situações agudas e muito dinâmicas. O limite de referência de >20% é usado para classificar áreas com insegurança alimentar moderada/limitada.

## **Doença**

- **Importância:** No modelo conceptual das causas de desnutrição desenvolvido por Helen Young (1998) e de acordo com MSF (2002) e ACF (2002), “doença” e “alimentação inadequada” são causas diretas de desnutrição. Isto também está conceitualmente relacionado ao pilar “utilização” da análise de segurança alimentar no sentido de que a capacidade fisiológica do corpo humano utilizar efetivamente o alimento pode ser prejudicada diretamente pela presença de doença. Além dos efeitos fisiológicos, sob perspectiva da economia doméstica, a presença de doença pode ter um impacto negativo direto sobre o acesso e disponibilidade de alimentos. Isso inclui: (1) desvio de recursos financeiros para cuidados médicos, (2) perda de mão de obra produtiva na família representada pela pessoa doente ou pelo cuidador e (3) potencial de exclusão social ou marginalização. Vários estudos demonstraram fortes vínculos entre HIV/AIDS e segurança alimentar (Drimrie 2002, Drinkwater 2003, Haan et al. 2003, UNAIDS 1999, FAO 1995).

- **Referências/Fontes:** Ao passo que os vínculos entre doença e segurança alimentar claramente justificam sua inclusão no IPC, a identificação dos limites de prevalência depende da doença em questão (por exemplo, HIV/AIDS, cólera, sarampo, disenteria, etc.) Os epidemiologistas fazem distinções gerais entre surtos de endemia, epidemia e pandemia, o que proporciona orientação geral ao IPC. Quando há um número constante de pessoas doentes todo o tempo, e quando há equilíbrio entre a tríade hospedeiro-ambiente-agente, a doença é endêmica. Quando a balança pende para o lado do organismo e há rápido aumento dos casos, a doença é epidêmica (Nordberg 1999). A doença torna-se pandêmica quando se dissemina por uma ampla área geográfica ou infecta uma grande parcela da população.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC incorpora epidemia e pandemia nas fases 3, 4 e 5. Usa os termos gerais de epidemia e pandemia para distinguir níveis relativos de gravidade na população. Trata-se de termos gerais cujo significado precisa ser interpretado segundo a doença em questão e suas implicações para a análise de segurança alimentar. Cada doença tem limites específicos de gravidade e magnitude para guiar a análise.

**-Limitações:** Devido à ênfase que o IPC atribui à análise da segurança alimentar, a doença é analisada segundo seu impacto sobre essas questões. Cada doença tem seus níveis de “emergência” que podem variar muito. Mesmo alguns casos novos de poliomielite, por exemplo, podem ser considerados uma emergência de saúde pública, embora provavelmente não tenham um efeito profundo sobre a segurança alimentar. Assim, o IPC não substitui uma análise detalhada das implicações de cada doença em termos de saúde pública.

**- Métodos potenciais:** Cada doença requer métodos específicos de coleta e análise de dados. As fontes incluem sistemas de vigilância, pesquisas de saúde, dados de clínicas e observação de especialistas.

### ***Acesso a alimentos/disponibilidade***

**-Importância:** O acesso e disponibilidade de alimentos, embora não seja uma medida tão direta da condição humana quanto os indicadores antropométricos, está diretamente ligado aos resultados de saúde humana. O uso do acesso e disponibilidade de alimentos como critérios é coerente com a “teoria dos direitos” de Sen (1981). Contudo, como observa Webb et al. (2006), é muito difícil fazer a medição real do acesso e disponibilidade de alimentos de uma família. Como características de referência, o acesso e disponibilidade não se distinguem – a questão então é saber se há um consumo mínimo de calorias (e quais as compensações). De modo a entender uma crise para fins de programação, é crucial distinguir se a falta é devida a um problema de disponibilidade ou acesso. Essa análise deve ser incluída nas planilhas de análise (ver a seção 5).

**- Referências/Fontes:** Uma referência comum para medir acesso e disponibilidade adequada de alimentos para consumo individual é 2.100 kcal por pessoa por dia (SPHERE 2004). Essa característica de referência se baseia em normas aceitas mundialmente e em iniciativas atuais sobre linhas de pobreza (Lanjouw 1989), “déficits de gasto” e “déficits de alimento” usadas em análise da economia doméstica (FSAU 2006).

**- Explicação dos limites de referência:** O IPC integra acesso e disponibilidade de alimentos em todas as fases, com limites de referência específicos. Embora 2.100 kcal seja usado como referência, outras importantes distinções são incluídas para orientar a classificação, como a estabilidade e se a família se desfez de bens para obter as 2.100 kcal.

**-Limitações:** Uma ênfase excessiva nos níveis de consumo de calorias pode levar a negligenciar a qualidade nutricional dos alimentos. Isso é compensado em parte pelo exame da diversidade alimentar, também incluído no IPC. O limite de referência de 2.100 kcal é uma cifra geral que não representa as necessidades específicas de grupos etários, gênero e níveis de atividade. Na verdade, alguns analistas sugerem que o limite de referência de 2.100 kcal é enganoso e não pode ser generalizado a vários grupos de população e situações. Seria melhor fazer uma comparação entre o consumo normal/típico de uma população e o consumo em época de crise. Como acontece com outros indicadores no IPC, o limite absoluto é indicado somente

como orientação geral e as conclusões sobre os níveis da fase precisam ser trianguladas com outros resultados de referência.

- **Métodos potenciais:** O acesso e disponibilidade de alimentos em geral é analisado para várias populações, incluindo grupos de renda, grupos sociais, grupos de subsistência, etc., em oposição a indivíduos. Já que o acesso e disponibilidade de alimentos resulta de uma complexa interação de múltiplas variáveis, é melhor examiná-lo de maneira holística, incluindo as fontes de alimentos, fontes de renda, padrões de gasto e estratégias de adaptação – tudo no âmbito de um sistema de subsistência. O enfoque da economia familiar (HEA) (SCF-UK 2000) é um desses métodos. Como alternativas, usam-se pesquisas domiciliares e análise integrada de macro-indicadores. Swindale e Bilinsky (2006) recentemente desenvolveram um método para examinar o acesso a alimentos que se baseia em indicadores qualitativos da pressão alimentar sobre as famílias, chamado escala de insegurança alimentar das famílias (HFIAS). As evidências indiretas podem ser os volumes de vendas a varejo nos mercados locais, preços dos gêneros alimentícios, produção agrícola, importações e muitos outros que podem afetar o poder aquisitivo, acesso social e/ou abastecimento de gêneros alimentícios (ver em FAO/FIVIMS 2002 uma lista mais abrangente dos indicadores relativos a acesso e disponibilidade de alimentos).

### ***Diversidade alimentar***

-**Importância:** Swindale e Bilinsky (2005) de Food and Nutrition Technical Assistance (FANTA) assinalam: “A diversidade alimentar da família – número de diferente grupos de alimentos consumidos durante um período – é um indicador indireto atraente pelos seguintes motivos:

- uma alimentação mais diversificada é um resultado importante em si;
- uma alimentação mais diversificada está associada a vários resultados melhores em áreas como peso no nascimento, situação antropométrica da criança e melhores concentrações de hemoglobina;
- uma alimentação mais diversificada apresenta alta correlação com fatores como adequação de calorias e proteínas, percentagem de proteína animal (proteína de alta qualidade) e renda familiar.”

Uma pesquisa da segurança alimentar e nutrição realizada recentemente em Darfur pelo WFP demonstra o valor da diversidade alimentar como componente da análise da segurança alimentar (WFP 2005).

- **Referências/Fontes:** Swindale e Bilinsky (2005) identificam 12 grupos de alimentos usados para calcular a diversidade alimentar: cereais, raízes e tubérculos, verduras, frutas, carne/aves, ovos, peixe e frutos do mar, legumes/nozes, leite e laticínios, óleos/gorduras, açúcar/mel e

diversos. Uma pesquisa efetuada na FSAU constatou que três grupos ou menos indicam situação crítica (FSAU 2005).

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC faz distinções gerais de diversidade alimentar para as fases 2 e 3, como déficit de diversidade alimentar crônico e agudo, respectivamente. Para a fase 4 usa-se um limite numérico de referência de 2-3 grupos ou menos.

-**Limitações:** As medidas da diversidade alimentar em geral não incluem as quantidades consumidas. Pode haver grandes flutuações no consumo dos grupos de alimentos ao longo do tempo. Isso representa um desafio na extrapolação de dados da pesquisa para chegar a conclusões amplas sobre a segurança alimentar.

- **Métodos potenciais:** A diversidade alimentar pode ser medida por pesquisas de nutrição e estimada mediante grupos de discussão, entrevistas domiciliares e entrevistas com comerciantes.

#### ***Acesso a água/disponibilidade***

-**Importância:** “A água é essencial para a vida, saúde e dignidade humana. Na maioria dos casos, os principais problemas de saúde são causados por higiene precária devida a insuficiência de água e consumo de água contaminada” (Sphere 2004 p. 63). Assim, o acesso e disponibilidade de água é um indicador direto (pelos níveis de sobrevivência básicos) e indireto (ao afetar a utilização adequada de alimentos) da gravidade da fase.

- **Referências/Fontes:** O Sphere Handbook identifica requisitos de água para diferentes necessidades de sobrevivência: consumo de água para sobrevivência (2,5-3 litros por dia), práticas de higiene básicas (2-6 litros por dia), água para cozinhar (3-6 litros por dia) e necessidade total combinada (7,5-15 litros por dia). Esses valores dependem de vários fatores locais, incluindo clima, fisiologia individual e normas sociais/culturais.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC integra acesso e disponibilidade de água em todas as fases, com limites de referência específicos. O IPC geralmente segue as diretrizes de Sphere para as necessidades básicas totais, ajustando esses níveis para corresponder às fases. Um critério adicional para as fases 1 e 2 é a estabilidade do abastecimento de água.

-**Limitações:** Os requisitos básicos de água listados no IPC são somente para uso humano. No caso das sociedades pastorais, os requisitos de água para pecuária aumentariam significativamente esses volumes, e é necessário considerá-los para as respostas. Além disso, o acesso e disponibilidade de água não leva em conta outros fatores como tempo e distância para buscar água. (Para outros indicadores de adequação do abastecimento de água, ver Sphere 2004, p. 63).

- **Métodos potenciais:** Já que as fontes de água são menos numerosas e mais simples que as fontes de alimentos, é relativamente mais fácil estimar os volumes usados por famílias (mediante pesquisas e entrevistas) ou comunidades que compartilham a mesma fonte (por exemplo, poços, caminhão-pipa e represas) estimando os volumes disponíveis na fonte em relação à população. Este método, porém, deve considerar o poder aquisitivo.

### **Indigência/deslocamento**

-**Importância:** Embora não sejam sinônimos, indigência e deslocamento têm uma forte relação com a insegurança alimentar grave, tanto como resultado quanto como causa. Quando enfrentam escassez extrema de alimentos as famílias podem migrar ou ser forçadas a vender todos os bens, deixando-as em situação de indigência. As pessoas que são forçadas a se deslocar devido a um conflito ou desastre natural, como inundação ou terremoto, em geral perdem o acesso às suas fontes normais de alimentos.

- **Referências/Fontes:** Indigência é um estado de pobreza extrema que resulta da busca de uma subsistência insustentável. Isso significa que uma série de choques ou processos negativos de subsistência desgasta os bens de famílias já pobres e vulneráveis até que não podem mais satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência, não dispõem de acesso a bens produtivos para escapar da pobreza e ficam dependentes das transferências públicas e/ou privadas.” (Devereux 2003 p11). O deslocamento é definido como “pessoas ou grupos de pessoas forçados ou obrigados a abandonar suas casas ou local de residência, particularmente em resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo homem.” (UNHCR 2005). Ver também Dasgupta 1993.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC inclui indigência/deslocamento nas fases 3, 4 e 5. Embora seja difícil quantificar essa variável, tendo em vista a ampla variedade de situações, o IPC faz distinções qualitativas úteis entre: “emergente e difusa” (que compreende as etapas iniciais e um padrão espacial incluindo integração com outros membros da sociedade); “concentrada e aumentando” (etapa em que a população converge para certas localidades - por exemplo, campos e cidades – criando novos problemas de saúde, proteção e outros problemas sociais, além de limitar as opções de acesso/disponibilidade de alimentos); e “grande escala e concentrada” (descrição qualitativa cuja interpretação depende do contexto local).

-**Limitações:** Muitas vezes, quando as famílias migram elas se dividem: as mulheres e crianças são deslocadas e se tornam indigentes enquanto os homens buscam alimentos, trabalho e (no caso dos pastores) oportunidades de pastagem. A atenção às populações deslocadas não deve ofuscar a situação dessas pessoas não visíveis nos campos.

- **Métodos potenciais:** A indigência e o deslocamento podem ser analisados mediante pesquisas domiciliares, informantes, registros dos campos, levantamentos aéreos e outros sistemas de monitoramento.

## ***Segurança civil***

-**Importância:** Como a indigência e deslocamento, a insegurança civil pode ser causa e resultado da insegurança alimentar. Quando os recursos se tornam escassos algumas populações podem recorrer a opções violentas para assegurar acesso adequado. Os impactos da insegurança civil são sentidos diretamente através da destruição ou saque dos estoques de alimentos, destruição dos canais de comercialização, perda de vidas humanas e enfermidades.

- **Referências/Fontes:** Samarasinghe et al. (1999) descrevem uma tipologia de conflito que inclui o nível de violência e o tipo de conflito (por exemplo, guerra civil, insurgência, conflito social duradouro, guerra revolucionária e guerra de sucessão). O nível de violência se divide em dois tipos: 1) Conflito de alta intensidade (violência caracterizada por taxas de letalidade acima de 1.000/ano ou deslocação da população superior a 5% ou ambos); 2) Conflito de baixa intensidade (violência caracterizada por taxa de letalidade <1,000/ano (mas >100) e deslocamento da população <5%. Se um desses limites for ultrapassado, passa a ser conflito de alta intensidade. Kummenacher e Schmeidl (2001) descrevem detalhes do monitoramento de conflitos usado pela Swiss Peace Foundation. Ver também FSAU (2006).

**-Explicação dos limites de referência:** O IPC integra diretamente a tipologia fornecida por Samarasinghe et al. Com poucos acréscimos, incluindo: 1) tensões instáveis e distúrbios para descrever a fase 2; e 2) distinção entre conflito limitado e generalizado. O primeiro está associado a uma área relativamente pequena e um grupo social; o outro está associado a uma grande área geográfica e múltiplos grupos sociais.

**-Limitações:** Embora o conflito tenha vínculos diretos com os resultados negativos em termos de segurança alimentar, também é importante reconhecer que em geral alguns grupos se beneficiam com o conflito, por mais inaceitável que seja.

**- Métodos potenciais:** Na medida em que o conflito é definido pelas taxas de letalidade e deslocamento da população, essa informação pode ser obtida das pesquisas de mortalidade, informantes, estatísticas oficiais ou observação de cemitérios. Também podem ser usados sistemas de monitoramento do conflito, pesquisas e descrições de informantes.

### ***Estratégia de Adaptação***

**-Importância:** As estratégias de adaptação são os comportamentos de indivíduos, famílias ou comunidades face a uma situação de crise. A capacidade de lidar com um choque está diretamente relacionada à capacidade do indivíduo, família ou comunidade de resistir aos efeitos de um perigo ou choque. Os níveis de adaptação são ao mesmo tempo um indicador observável da gravidade e um resultado, já que alguns tipos de adaptação envolvem perda dos bens de subsistência.

**- Referências/Fontes:** Embora as estratégias de adaptação variem amplamente e tenham diferente implicações, MSF Holland identifica três níveis principais: 1) estratégias de seguro (adaptação reversível, preservar bens produtivos, reduzir consumo de alimentos, etc.); 2) estratégias de crise (adaptação irreversível que ameaça a futura subsistência, venda de bens produtivos, etc.); 3) estratégias de crise (inanição e morte, sem mecanismos de adaptação) (MSF 2005). Um método para quantificar níveis de adaptação é o Índice de Estratégias de Adaptação (CSI) elaborado por CARE e WFP. “O CSI mede o comportamento: o que as pessoas fazem quando não têm acesso a alimentos suficientes. Há uma série de respostas habituais à insegurança alimentar – ou estratégias de adaptação – que as pessoas usam para enfrentar a escassez de alimentos. Essas estratégias de adaptação são fáceis de observar. É mais rápido, simples e barato coletar informação sobre estratégias de adaptação do que sobre os níveis de consumo de alimentos das famílias” (Maxwell et al. 2003). Ver em Maxwell et al. 2008 a última versão do CSI.

**- Explicação dos limites de referência:** O IPC incorpora diretamente a tipologia MSF de adaptação nas fases 2, 3 e 4. O CSI também é incorporado – indicando que a análise dos dados CSI é mais eficaz quando se utilizam dados longitudinais para detectar variações ao longo do tempo em vez de uma análise absoluta (FSAU 2006).

- **Limitações:** Dado que o CSI é aplicado de maneira mais rigorosa quando analisado em relação a cifras de referência, é necessário realizar a avaliação CSI várias vezes durante uma crise. Além disso, já que as estratégias de adaptação costumam ser influenciadas pelos sistemas de subsistência, seu rigor aumenta com o desenvolvimento de um CSI específico para os principais tipos de subsistência (FSAU 2006). Contudo, já que o CSI é contextual e se compara melhor com o próprio índice (ponto de referência), a comparabilidade no espaço é limitada. Mas os graus de variação em relação ao ponto de referência são indicadores efetivos da segurança alimentar.

- **Métodos potenciais:** O CSI geralmente é uma rápida pesquisa domiciliar feita separadamente ou como parte de uma pesquisa maior, como pesquisa de nutrição.

### **Perigos**

- **Importância:** Conforme examinado na Seção 4.4, Downing et al. (2001) definem perigo como um evento ameaçador, ou a probabilidade de ocorrência de um fenômeno potencialmente prejudicial num determinado período e área. A exposição aos perigos e seus efeitos, bem como a vulnerabilidade, provoca o risco de resultados negativos.

- **Referência/ Fontes:** A ameaça persistente ou ocorrência de perigos pode provocar sucessivos choques nos sistemas, dificultando a recuperação e obtenção da segurança alimentar sustentada. Os perigos assumem várias formas (naturais: furacões, inundações, seca, terremotos, ciclones, tsunamis, etc.; e socioeconômicos: flutuações comerciais ou de mercado, mudanças nas políticas, conflito, etc.).

- **Explicação dos limites:** Como característica de referência das fases, os perigos são importantes para distinguir diferenças entre **segurança alimentar geral** e **insegurança alimentar moderada/limitada**. Os perigos também são usados como característica de referência dos níveis do **risco de agravamento** descritos na Seção 4.4. Devido aos múltiplos tipos e efeitos potenciais dos perigos, o IPC usa uma descrição geral para diferenciar fases, fazendo distinção entre *baixa probabilidade de perigos com baixa vulnerabilidade* e *perigos recorrentes com alta vulnerabilidade*.

- **Limitações:** Um desafio para a análise do perigo é não meramente informar sobre o evento, mas analisar o impacto do evento com base nas vulnerabilidades de um sistema de subsistência. Além disso, mesmo numa única área geográfica, um perigo provavelmente terá efeitos diferentes sobre vários grupos sociais.

- **Métodos potenciais:** Cada perigo é analisado de maneira própria. Contudo, em geral, a análise histórica da frequência e efeitos é útil. Os perigos também pode ser modelados usando análise espacial GIS, análise estatística e outros métodos.

### **Condições estruturais**

-**Importância:** As causas estruturais da insegurança alimentar, como as causas subjacentes, em geral são negligenciadas quando se trata de análise e resposta. As causas estruturais da insegurança alimentar (com respeito a resultados de referência) se referem a mudanças que requerem uma estratégia de longo prazo e mudanças ou desenvolvimento de estruturas de governança, infraestrutura, políticas comerciais, regulamentos, degradação ambiental, etc. Também inclui questões socioestruturais como desigualdade (por exemplo, gênero e etnia), cidadania, mudança demográfica, autonomia política, e outros marcadores. As situações humanitárias em geral negligenciam as questões estruturais devido à ênfase atribuída a salvar vidas e dar uma resposta imediata. Contudo, se quisermos promover a segurança alimentar sustentável, não podem ser ignoradas. No continuum “socorro-desenvolvimento”, em que salvar vidas é uma extremidade do espectro, a abordagem dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento é a outra.

- **Referências/Fontes:** Michael Watts (1983) destacam claramente o caráter estrutural da insegurança alimentar no caso da Nigéria. Stephen Devereux (2003) também mostram como as questões estruturais continuam a afetar a segurança alimentar na Etiópia. As causas estruturais estão na base dos resultados de referência. Na verdade, a inclusão de questões estruturais força a análise e resposta a abordar cada setor de maneira mais holística.

- **Explicação dos limites de referência:** O IPC incorpora condições estruturais como característica de referência para a fase de insegurança alimentar moderada/limitada, que distingue essa fase da segurança alimentar geral. Contudo, já que as questões estruturais estão presentes em todas as fases, a necessidade de abordar as causas estruturais da insegurança alimentar é destacada para cada fase no quadro estratégico de resposta.

-**Limitações:** Na medida em que o IPC visa a objetividade e mensurabilidade, as questões estruturais não são facilmente “medidas” e variarão muito de um lugar a outro.

- **Métodos potenciais:** Os métodos que podem ser usados para identificar questões estruturais incluem: análise da árvore de problemas, análise dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano e outras pesquisas socioeconômicas.

### **Bens de subsistência**

-**Importância:** Conforme comentado anteriormente, é amplamente aceito que salvar vidas é um objetivo importante mas limitado para as intervenções humanitárias e de segurança alimentar. Também é importante simultaneamente apoiar a subsistência, para aumentar a resistência e melhorar o bem-estar geral das populações. Assim, a segurança alimentar é abordada de maneira holística e sustentável, reduzindo-se a probabilidade de dependência da ajuda. Portanto, salvar a subsistência também constitui um objetivo estratégico.

**-Referências/Fontes:** Os bens de subsistência conforme definidos no enfoque de subsistência sustentável (SLA) dividem-se em cinco capitais: humano (por exemplo, educação, saúde, doença etc.), financeiro (por exemplo, poupança, acesso a crédito, acesso a remessas, etc.), social (cooperação, equidade de gênero, etc.), físico (por exemplo, infraestrutura como pontes, estradas, telecomunicações, etc.), político (por exemplo, representação, boa governança, etc.), e natural (por exemplo, pastagens, fertilidade do solo, pesqueiros, florestas, etc.) (DFID 2001, Frankenburger 1992). Os bens de subsistência podem se manifestar na família, comunidade e no âmbito nacional (isto é, bens e serviços públicos).

**- Explicação dos limites de referência:** Ao passo que a aplicação abrangente do SLA exija uma análise completa da interação dos seis capitais entre si e com as instituições para resultar em condições gerais de subsistência, o IPC incorpora os seis capitais de maneira simplista que enfatiza o acesso, taxa de esgotamento, risco de colapso completo e consequente sustentabilidade. Para saber se uma variação num bem de subsistência justifica a classificação da fase, devemos examinar a taxa de utilização e esgotamento e verificar se o bem é vitalmente importante para a subsistência geral do grupo.

**-Limitações:** O conceito de bens de subsistência inclui um número quase infinito de variáveis, e muda muito segundo os vários sistemas de subsistência. A realização de uma análise completa de um bem pode ser complexa, e se torna ainda mais complexa ao considerarm múltiplos bens. Além disso, a quantificação de alguns bens depende dos respectivos requisitos de informação. Mesmo assim, os bens de subsistência constituem parte integral da análise da segurança alimentar, e mesmo uma análise geral pode dar uma contribuição importante.

**- Métodos potenciais:** Os bens de subsistência podem ser estudados com ajuda do esquema de SLA (DFID 2001, Maxwell 2003). Os métodos específicos incluem pesquisas domiciliares, entrevistas com informantes, pesquisas socioeconômicas, mapeamento de instituições e redes sociais, etc. (FSAU 2005) Fazer uma melhor quantificação da situação dos bens de subsistência é um desafio para o futuro desenvolvimento do IPC.

### 4.3 Quadro estratégico de resposta

#### *Conceitos*

O valor operacional do IPC reside não só em referenciar critérios consistentes em apoio a uma declaração que distingue diferentes níveis de segurança alimentar, mas também em explicitamente vincular essa declaração a respostas apropriadas. Dependendo da fase de uma área, o tipo, configuração e urgência da resposta serão diferentes. Assim, vinculado a cada fase temos um **Quadro estratégico de resposta** que descreve os principais componentes de

intervenções apropriadas para mitigar crises humanitárias e promover a segurança alimentar. A tabela seguinte ilustra as distinções gerais e ênfase estratégica da resposta para cada fase.

O Quadro estratégico de resposta é coerente com o enfoque duplo (Pingali et al. 2005, Flores et al. 2005), a política da CE para vincular socorro, recuperação e desenvolvimento (LRRD) (EC 1996) e a noção de salvar vidas e subsistência (Longley e Maxwell 2003, WFP 2005, WFP 2004, FAO 2003).

Seus três objetivos são:

- 1) mitigar resultados negativos imediatos
- 2) apoiar a subsistência
- 3) abordar as causas subjacentes e estruturais.

O quadro de resposta aborda as necessidades imediatas e a resposta de médio e longo prazo – portanto, incorpora a resposta de necessidades básicas e as questões estruturais de longo prazo relativas à segurança alimentar e outras necessidades setoriais importantes como água, saúde, habitação, saneamento, proteção, etc.). Embora não esteja explícito no Quadro estratégico de resposta, princípios como equidade, sustentabilidade, justiça e direitos humanos estão sempre presentes.

A análise da segurança alimentar em geral se enreda em análises da situação excessivamente precisas, ambíguas ou não comparáveis, dedicando esforço analítico insuficiente à compreensão da crise e exploração/priorização do amplo menu de respostas. Uma meta subjacente do IPC é facilitar a análise básica do tipo, gravidade e magnitude para dedicar maior ênfase analítica a um exame mais rigoroso das oportunidades e restrições específicas da situação.

Em qualquer situação de crise, é necessária uma análise rigorosa para determinar a resposta mais apropriada às circunstâncias específicas. O IPC é uma ferramenta sintética para análise de uma situação, e o quadro estratégico de resposta conduz à etapa seguinte: análise da resposta.

### ***Especificações***

Para cada fase, o Quadro estratégico de resposta inclui três objetivos: *mitigar resultados negativos imediatos, apoiar a subsistência e abordar as causas subjacentes e estruturais.*

Como três pás da hélice de um avião, cada um desses componentes da resposta deve ser abordado de maneira simultânea e completa, ou não conseguirão promover uma segurança alimentar sustentável (assim como o avião cairá se estiver faltando uma das pás da hélice!). No centro da hélice, estão os princípios de equidade, justiça e sustentabilidade.

O Quadro estratégico de resposta não determina que tipo de resposta é necessário numa situação (isso virá da etapa de análise da resposta, no continuum descrito na Seção 3.3); meramente proporciona um quadro para assegurar a identificação dos elementos básicos de uma resposta holística. A tabela seguinte identifica a ênfase geral do quadro estratégico de resposta para cada fase, bem como um quadro abrangente que permita mitigar resultados negativos imediatos, apoiar a subsistência e abordar as causas subjacentes e estruturais. Assim, o Quadro estratégico de resposta ajuda a guiar e abrir o caminho para uma análise mais profunda da resposta mais apropriada para uma fase.

#### **4.4 Risco de agravamento**

##### **Conceitos**

Um dos principais objetivos do IPC consiste em permitir um alerta precoce oportuno e eficaz. O alerta precoce está inerentemente ligado à análise do risco. Na medida em que os termos risco, perigo, vulnerabilidade, capacidade, estabilidade, resistência e resiliência são cruciais para a análise da segurança alimentar, sua interpretação e uso varia (Dilley e Boudreau 2001). Com base no desenvolvimento conceptual desses termos na subdisciplina risco/perigo da Geografia (White 1975, Turner et al. 2003), o IPC operacionaliza esses conceitos, com implicações específicas para a análise da segurança alimentar. Em particular, conforme utilizado no IPC, o termo risco se refere explicitamente ao risco de passar de uma fase para outra pior.

Uma relação simplificada entre risco, perigo e vulnerabilidade é ilustrada na fórmula:

$$\text{Risco} = (\text{Perigo}) \times (\text{Vulnerabilidade})$$

O risco de resultado negativo (isto é, agravamento) depende da probabilidade e gravidade de um perigo e sua interação com a vulnerabilidade (incluindo exposição, sensibilidade e resiliência) do sistema a esse perigo (Turner et al. 2003). Assim, o risco aumenta à medida que o perigo se torna mais grave e a vulnerabilidade é alta. Do mesmo modo, o risco diminui quando o perigo é menos grave e a vulnerabilidade é baixa. Para a análise da segurança alimentar, o enfoque de subsistência que inclui estratégias e bens de subsistência é fundamental para entender a vulnerabilidade das pessoas a um perigo e o resultante risco de insegurança alimentar.

**Risco:** Crichton (1999) define risco como a probabilidade de perda, que depende de três elementos: perigo, vulnerabilidade e exposição. Downing et al. (2001) define risco assim: perdas prováveis (de vidas, pessoas feridas, bens danificados e atividade econômica interrompida) devidas a um perigo numa certa área e período de referência. Conforme usado no IPC, risco tem implicações específicas especificadas pelo “risco de passar a uma fase mais grave”.

**Perigo:** Downing et al. (2001) define perigo como um evento ameaçador, ou a probabilidade de ocorrência de um fenômeno potencialmente prejudicial num determinado período e área. À medida que aumenta a gravidade do perigo, o risco de resultado negativo também aumenta.

**Vulnerabilidade:** Turner et al. (2003) assinalam: “a vulnerabilidade não é registrada apenas pela exposição a perigos (distúrbios e dificuldades) mas também reside na sensibilidade e resiliência do sistema que experimenta esse perigo.” Ver no Apêndice G diagramas detalhados que ilustram essas relações. Brooks assinala: “é essencial enfatizar que só podemos falar da vulnerabilidade de um sistema a um perigo específico ou conjunto específico de perigos (Brooks 2003 p. 3). A vulnerabilidade está estreitamente relacionada à capacidade das pessoas ou sistemas de lidar com um choque (Chambers 1991), sua resistência (capacidade de aguentar um choque), resiliência (capacidade de voltar a um estado similar após se recuperar de um choque) e estabilidade do sistema. À medida que aumenta a vulnerabilidade, o risco de resultado negativo também aumenta.

**Capacidade:** Capacidade é um conceito que algumas organizações (por exemplo, ICRC) colocam explicitamente na análise do risco de modo a chamar a atenção para a capacidade do sistema (capacidade humana, tecnológica e institucional) de responder a um choque mediante medidas preventivas e mecanismos de adaptação ou ajustando estratégias de subsistência. À medida que aumenta a Capacidade, diminui o risco de resultado negativo.

### **Componentes do alerta precoce efetivo**

Para ajudar a tomar decisões, o alerta precoce precisa incluir cinco dimensões: 1) probabilidade (quais as probabilidades de acontecer?); 2) gravidade (até que ponto a situação pode piorar?); 3) corroboração (que evidências apoiam o alerta precoce?); 4) ação apropriada (qual a resposta mais apropriada?); 5) cronologia (quando deverá acontecer?).

Os sistemas de alerta precoce envolvem muito mais que meramente a classificação orientada pelo IPC. Envolvem redes institucionais, identificação de indicadores de prioridade, estratégias de comunicação, questões de oportunidade, e muitas outras. Esses aspectos e muitos outros detalhes são descritos no FEWS NET Early Warning Primer (Chopak 2000).

### **Especificações**

O IPC combina conceitos de perigo e vulnerabilidade para formular uma declaração de risco específica para a probabilidade de deterioração de uma fase, dando assim ao risco um significado concreto e a possibilidade de ação. São operacionalizados três níveis de **risco de agravamento**: vigilância, risco moderado e risco alto. Para cada um desses níveis especificam-se as principais dimensões, incluindo: probabilidade, gravidade, perigos de referência e vulnerabilidades, implicações em termos de ação e cronologia. Os níveis de risco são aplicados à classificação da fase de uma área.

A **probabilidade** de cada nível de risco difere da seguinte maneira:

- Para a **vigilância**, a probabilidade não se aplica, pois não está claro ou certo se ocorrerá deterioração da situação. No IPC, uma área é colocada em **vigilância** se há sinais indicando dificuldades potenciais e/ou pequenas variações negativas nos indicadores de processo.
- Para o **risco moderado**, há uma “elevada” probabilidade acima do nível normal/usual de risco. Embora todos estejam, a toda momento, sob certo grau de risco de insegurança alimentar, nas áreas de **risco moderado**, as condições sugerem que há um risco maior ou mais elevado, acima no nível normal, e que esse risco é motivo de preocupação de que a situação se agravará.
- Para o **alto risco** há uma “alta probabilidade” de que a situação se agravará.

O nível de **gravidade** de cada nível de **risco** depende da análise integrada do perigo e vulnerabilidade. Dependendo da gravidade da perspectiva, o risco de agravamento pode incluir a fase 3, 4 ou 5. O nível de gravidade é indicado pela cor das linhas diagonais no mapa (ver Protocolos cartográficos).

Cada nível de **risco** tem uma **descrição geral e variações nos Indicadores de processo** que proporcionam orientação para a corroboração de um alerta precoce. É essencial assinalar, porém, que a análise de risco do impacto de perigos e indicadores de processo exige uma compreensão do sistema de subsistência de uma área, que permite a análise da vulnerabilidade. Dependendo da situação (tipo de perigo e sistema de subsistência), os indicadores de processo variam e podem incluir qualquer variável que afete o poder aquisitivo, acesso social ou abastecimento de alimentos ou outras necessidades humanitárias básicas. São exemplo: preços de mercado, produção agrícola, condições da pecuária, tendências políticas, etc. Ver uma lista dos indicadores em FAO/FIVIMS (2002) e Riely et al. (1999). Nos indicadores processo uma importante distinção entre risco moderado e alto risco é que o primeiro tem “grandes variações negativas em relação ao normal” e este último incorpora a noção de “grandes variações negativas combinadas” - ou seja, múltiplos indicadores estão se deteriorando simultaneamente e exacerbando a situação.

Cada nível de **risco** está ligado a **implicações em termos de ação**. Para todos os níveis, é preciso efetuar monitoramento e análise rigorosos. Os níveis de risco moderado e alto também incluem planejamento de contingência, defesa de causas, necessidade de acelerar as intervenções exigidas na fase atual e necessidade de intervenções preventivas. A principal diferença nas implicações em termos de ação entre risco moderado e alto se refere à crescente urgência para populações em alto risco.

Finalmente, o calendário da análise deve ser explicitado. Isso dependerá da situação e deve incluir o período de início e o período final do risco. Em alguns casos se baseará nos ciclos sazonais, mas nem sempre (por exemplo, tensões civis, comércio global e choques de comercialização, etc.). Essa informação é resumida nos Protocolos cartográficos.

## 5. FERRAMENTAS DE APOIO DO IPC

Para aumentar o rigor e a eficácia da comunicação do IPC, a FSAU elaborou um conjunto de ferramentas complementares e de apoio, que incluem:

**A Planilhas de análise** – ferramenta para organizar evidências que apoiem a classificação da fase de maneira lógica, transparente e acessível

**B Protocolos cartográficos** – convenções de mapeamento padronizadas que fornecem informação essencial para a análise da situação

**C Tabelas demográficas** – enfoque e formato padronizado para identificar o número de pessoas que enfrentam uma crise por fronteiras administrativas e sistemas de subsistência

### 5.1 Planilhas de análise

## Conceitos

Devido às profundas implicações para muitas pessoas (às vezes milhões) e múltiplos atores envolvidos na resposta à situação de segurança alimentar, seja qual for o método e complexidade da análise, os resultados finais devem ser compreensíveis e acessíveis à crítica. De modo a atingir as metas de responsabilidade e transparência, é essencial o desenvolvimento de um formato simples para organizar as principais evidências que apoiam uma conclusão, bem como informação adicional necessária para informar uma resposta eficaz.

Esse **enfoque baseado em evidências** permite uma avaliação crítica das conclusões por analistas, pares e autoridades. Expõe o processo analítico a uma crítica bem informada e sujeita os resultados a um processo quase judicial (isto é, tribunal) pelo qual o “ônus da prova” cabe aos analistas.

As **planilhas de análise** foram elaboradas para aumentar a transparência e facilitam o acesso aos dados e a preparação de relatórios. Elas servem a três propósitos:

- (1) guiar uma análise rigorosa baseada em evidências;
- (2) aumentar a transparência documentando informações importantes para facilitar o acesso e arquivamento histórico;
- (3) simplificar a preparação dos relatórios e criação de apresentações fornecendo elementos básicos de informação de maneira consistente e lógica.

### Revisão

A parte 1 da planilha de análise foi revisada para combinar evidências diretas e indiretas e separar a análise do risco de agravamento e a classificação da fase. Para mais explicações, ver o Apêndice H.

## Especificações

A planilha de análise contém três partes:

- 1) classificação da fase;
- 2) Informação essencial para mitigar resultados imediatos
- 3) Informação essencial para apoiar a subsistência e abordar causas subjacentes

1) **Classificação da fase:** Esta parte serve de guia para definir: 1) a área afetada; 2) classificação da fase; 3) resultados de referência (da tabela de referência) aplicáveis; 4) evidências diretas

que apoiam a classificação; 5) evidências indiretas que apoiam a classificação. As evidências são coletadas de várias fontes, dependendo da situação. Já que as evidências têm graus variados de confiabilidade, cada evidência recebe uma pontuação de 1, 2, ou 3 dependendo de ser muito confiável, pouco confiável ou não confirmada. Essa pontuação é considerada ao avaliar a confiança geral da análise.

**2) Informação essencial para mitigar resultados imediatos:** Esta parte serve de guia para definir: 1) perigos imediatos de cada área afetada; 2) efeitos sobre as estratégias de subsistência; 3) caráter da insegurança alimentar em termos de acesso, disponibilidade ou utilização; 4) características e percentagem da população na Fase 3, 4 ou 5; 5) tendência projetada; 6) fatores de risco a serem monitorados; 7) oportunidades de resposta.

**3) Informação essencial para apoiar a subsistência e abordar causas subjacentes:** Essa parte serve de guia para definir: 1) causas subjacentes para cada área afetada; 2) efeitos sobre os bens/capitais de subsistência; 3) tendência projetada para cada capital de subsistência; 4) fatores de risco a serem monitorados; 5) oportunidades para apoiar a subsistência e abordar causas subjacentes.

Grande parte da informação incluída na planilha de análise é comunicada de forma resumida mediante os protocolos cartográficos.

## 5.2 Protocolos cartográficos

### Conceitos

Baseados nas melhores práticas de mapeamento da pobreza (Snel e Henninger 2002, Davis 2003), os protocolos cartográficos comunicam uma grande volume de informação complexa de maneira acessível (um mapa) para facilitar a tomada de decisões e a intervenção. Foram especificamente elaborados para comunicar os elementos da análise da situação além da classificação da fase. Por meio de uma aplicação consistente dos protocolos cartográficos, os usuários podem interpretar informações complexas. A aplicação dos protocolos cartográficos permite que a análise longitudinal examine se a segurança alimentar melhora ou piora de um momento para outro. Os protocolos cartográficos elaborados para o IPC resumem as principais características da informação sobre insegurança alimentar para uma resposta eficaz. Afinal, “uma imagem vale mil palavras”.

### Especificações

Um exemplo de protocolo cartográfico são as projeções de segurança alimentar feitas pela FSAU após a estação Deyr 2005/06 e apresentadas no Mapa 1 (FSAU 2006). Além de demarcar todas as áreas da Somália em **fases e níveis de risco**, o mapa apresenta informação adicional

sobre os **atributos definidores das áreas na Fase 3, 4 ou 5**. O título do mapa indica o período projetado para a análise.

Os protocolos cartográficos para ilustrar essa informação incluem:

- **Delineamento espacial das fases:** usando cores diferentes e sugestivas, o mapa delinea as áreas em várias fases do IPC, incluindo segurança alimentar geral (1A e 1B), Insegurança alimentar moderada/limitada, crise grave de alimentação e subsistência, emergência humanitária e fome/catástrofe humanitária.

Embora o núcleo da análise espacial seja a zona de subsistência, a extensão espacial das várias fases não corresponde necessariamente a uma fronteira convencional (por exemplo, unidade administrativa, zona de subsistência, bacia hidrográfica, zona agroecológica, etc.). Assim, os analistas devem utilizar uma ampla gama de fontes de informação e métodos (dados geográficos, imagens de satélite, análise espacial GIS, informantes, grupos de discussão, pesquisas domiciliares, observação direta, etc.) para chegar à melhor aproximação da extensão espacial de uma fase.

- **Risco de agravamento:** os níveis de risco são divididos em três tipos: vigilância, risco moderado e risco alto. São colocados por cima da cor para indicar a atual classificação da fase e graficamente representados por pontos, linhas diagonais descendentes e ascendentes, respectivamente. A cor das linhas diagonais indica o nível de gravidade especificado pela cor da fase.
- **Condições sustentadas:** Em geral, quanto mais tempo durar uma crise, mais essencial será abordar as causas subjacentes ou estruturais para que as intervenções tenham efeitos positivos. Uma fronteira violeta indica áreas com crise “sustentada” na Fase 3, 4 ou 5 por mais de três anos (embora seja um limite arbitrário, inclui vários ciclos sazonais). Ao destacar essas áreas, informa o tipo de resposta estratégica e chama atenção para “emergências esquecidas” em relação às quais pode haver uma certa complacência.
- **Atributos definidores das áreas em crise.** Para cada área atualmente em risco na Fase 3, 4 ou 5 inclui-se um box com as especificidades da situação. Apresenta-se uma legenda para cada atributo, incluindo:
  - Magnitude: população estimada na Fase 3, 4 ou 5
  - Profundidade: Percentagem da população na respectiva fase
  - Quem: Critérios de focalização social
  - Por que: causas imediatas e subjacentes
  - Frequência: Recorrência da crise nos últimos 10 anos
  - Confiança: nível de confiança da análise

A legenda principal é genérica, enquanto os boxes contêm atributos específicos relevantes para uma área em crise. Os atributos “quem” e “por que” podem ser extrapolados da lista fornecida atualmente para incluir os mais relevantes a uma situação.

### 5.3 Tabelas demográficas padronizadas

#### Conceitos

O IPC não é um método nem oferece orientação para estimar o número de pessoas em crise. Há várias maneiras de se fazer isso. Seja qual for o método usado para estimar populações, é necessário ter uma maneira consistente e significativa de representar os resultados.

Contudo, há uma importante distinção entre a maneira como o IPC representa as cifras de população e os métodos comuns. Em geral, a análise apresenta o “número de pessoas carentes” (por exemplo, que carecem de alimentos, água, serviços de saúde, etc.). O IPC, porém, não tira essas conclusões e meramente identifica o número de pessoas na Fase 3, 4, ou 5 – sem uma declaração a priori de que carecem de algo (em termos de transferência de recursos). Em conformidade com a ênfase atribuída à análise da situação em vez de análise da resposta, as tabelas demográficas proporcionam informação básica às autoridades, que, mediante uma análise profunda das opções de resposta, podem decidir se a crise deve ser mitigada através de certas medidas (como alterações nas políticas, negociações, intervenções no mercado, etc.) ou mediante transferência de recursos (como alimentos, dinheiro, etc.), ou uma combinação de ambos. Tabelas demográficas com as necessidades de cada setor podem ser úteis e complementar as do IPC.

#### Revisão

Vários protocolos cartográficos foram revisados ou introduzidos, incluindo: passar “tendência projetada” para a legenda principal; indicar “magnitude” pelo tamanho da fonte; indicar “profundidade” da crise com um gráfico de barras mostrando percentagem da população nas respectivas fases; indicar a “frequência da crise” nos últimos 10 anos. Para mais explicações, ver o Apêndice H.

#### Especificações

As tabelas demográficas identificam o número estimado de pessoas na Fase 3, 4 ou 5 (incluindo alto risco) por fronteiras administrativas (por exemplo, regiões, distritos, etc.), zonas de subsistência e sistemas de subsistência. A percentagem da população em cada fase também é identificada. O exemplo abaixo ilustra as tabelas demográficas por região na Somália. As notas fornecem esclarecimentos mais detalhados das fontes e interpretações quando necessário (ver em FSAU 2005 um exemplo abrangente das estimativas de população).

## 6. CONCLUSÃO

Este manual proporciona explicações gerais do IPC e orientações técnicas específicas para seu uso. Explica-se por que é necessário contar com algum tipo de sistema de classificação e como o IPC responde ao desafio em matéria de análise da segurança alimentar.

No contexto da Somália, o IPC comprovou ser uma ferramenta eficaz para melhorar a análise e informar a resposta. Isso tem sido demonstrado em tipos diferentes de crise (por exemplo, seca progressiva, crises econômicas, inundações rápidas, insegurança civil e tsunamis). O IPC também tem conseguido chamar a atenção para as “crises esquecidas” e assegurar investimento em apoio à subsistência. Talvez o aspecto mais importante do IPC seja sua capacidade de permitir uma análise comparativa no espaço e no tempo. Ele responde às seguintes perguntas: como uma crise se compara a outra num local diferente e como ela mudou com o passar do tempo?

No contexto das decisões de segurança alimentar na Somália, o IPC tem sido um elemento integral e orientador do planejamento. Além de agências da ONU, ONGs e órgãos dos governos usarem o IPC para orientar o planejamento local, o processo de apelação comum da ONU usa a análise do IPC para orientar o planejamento da resposta e pedidos de financiamento.

O IPC foi apresentado e discutido em vários fóruns, desde seminários de analistas e praticantes a reuniões do IASC. O desenvolvimento do IPC levou dois anos e se baseou diretamente em comentários construtivos feitos nessas reuniões. O Apêndice B apresenta algumas das perguntas mais frequentes nessas apresentações, e suas respostas. Espera-se que o IPC contribua aos esforços globais para harmonizar e melhorar a segurança alimentar e análise humanitária para ação. A atual versão do IPC deve ser encarada como uma plataforma para uso imediato, mas também pode servir como documento de discussão para revisões críticas e melhoria de futuras versões.

### 6.1 Potencial de reprodução e expansão

A seca que afetou Quênia, Etiópia e Somália em 2005/2006 exigia uma análise comparativa em toda a região, e o IPC foi usado em várias reuniões técnicas regionais para harmonizar a análise de cada país. A análise foi amplamente utilizada para distribuição do financiamento, planejamento estratégico e defesa de causas por governos, doadores, ONU, ONGs e agências de notícias.

Após o Fórum sobre perspectivas climáticas do Chifre da África, FSAU, FEWS NET, PAM e vários representantes ministeriais da região usaram o IPC para interpretar as previsões climáticas sob a perspectiva da segurança alimentar. Embora a análise resultante seja um protótipo em versão preliminar (devido à necessidade de buscar consenso técnico em cada país e aplicar rigorosamente a análise baseada em evidências), os resultados são expressivos tanto analiticamente quanto em termos de demonstrar o potencial do IPC para informar a análise e resposta regional. O mapa é resultado desse processo.

O Grupo de Trabalho Regional sobre nutrição e segurança alimentar (RFSNWG) endossou o IPC como meio de permitir comparabilidade e melhorar o rigor analítico em toda a região. Em junho de 2006 FAO e FEWS NET copatrocinaram um seminário técnico regional em nome do FSNWG para gerar resultados para sete países no Chifre da África. Analistas do governo, ONU e ONGs vieram de cada país e trabalharam com a planilha de análise e classificação da fase. Os participantes analisaram criticamente o processo e identificaram três mensagens importantes: (1) o IPC tem forte potencial para adoção nos países; (2) é preciso aumentar a difusão do IPC entre os agentes nacionais para conquistar sua adesão; (3) o uso técnico do IPC é mais eficaz quando feito no âmbito nacional primeiro (com um grupo técnico mais representativo) e depois integrado à análise regional.

O IPC baseia-se em normas aceitas internacionalmente e se inspira em metodologias e sistemas de informação existentes; assim, o IPC pode ser adotado com os atuais sistemas mediante ajustes mínimos e usado como componente adicional. Embora o IPC reúna informação necessária para a Análise da situação, as organizações deverão adaptá-lo às suas metas e interesses específicos, usando os resultados como plataforma comum.

Para assegurar que o IPC promova o consenso técnico, é melhor aplicá-lo no âmbito nacional, aproveitando ou criando um fórum de coordenação técnica e formação de consenso. Na maioria dos países esses fóruns já existem (por exemplo, comitês de avaliação da vulnerabilidade no sul da África, grupo diretivo da segurança alimentar no Quênia, agência de prevenção de desastres na Etiópia, CILSS na África Ocidental, Fórum de Análise da Subsistência no sul do Sudão, etc.).

## 6.2 Desafios e evolução futura

O IPC, se for aplicado amplamente, tem grande potencial de racionalizar a assistência humanitária em termos de beneficiar as pessoas mais carentes e assegurar um uso eficaz dos recursos. Contudo, para assegurar sua integridade técnica, será preciso aplicar um rigoroso método baseado em evidências. O uso do IPC será prejudicado se os usuários classificarem situações sem uma base apropriada (evidências diretas ou indiretas); assim, as planilhas de análise foram elaboradas para promover uma análise rigorosa.

O IPC deverá passar por outras revisões. A FAO incentiva os comentários críticos sobre o IPC e prevê que uma versão revisada do manual será produzida em 2009. Para isso, conta com o recebimento de comentários técnicos sobre este Manual e a realização de testes em vários países e contextos regionais.

A visão geral do IPC é coerente com os esforços atuais, como Good Humanitarian Donorship (GHD), SMART, iniciativa de referenciamento, sistema de monitoramento humanitário e o projeto Sphere para melhor harmonizar a análise segurança alimentar e da ação humanitária. O recém-lançado Central Emergency Response Fund (CERF) (OCHA 2006) precisa de elementos que sirvam de base para decisões objetivas de assistência humanitária, e o IPC atende bem essa necessidade.

De modo a alcançar esse objetivo, a comunidade de segurança alimentar e ação humanitária deve se reunir em fóruns, como o Inter-agency Standing Committee e outros, para analisar tecnicamente e adotar um sistema comum de classificação que cumpra as normas internacionais, seja adaptável a uma ampla gama de situações e contextos e prático no campo. Esperamos que o IPC contribua para esse debate e desenvolvimento.

## APÊNDICE A

### **Lista selecionada de fóruns nos quais o IPC foi apresentado**

Embora o desenvolvimento do IPC nos últimos dois anos tenha sido impulsionado, acima de tudo, pelas realidades cotidianas da análise aplicada, houve também inúmeras oportunidades de apresentar o IPC numa ampla gama de reuniões e seminários. Cada uma dessas apresentações gerou considerável interesse e comentários construtivos, que levaram diretamente a um maior desenvolvimento do IPC. Adiante apresentamos alguns desses fóruns, seguidos de respostas a algumas das perguntas mais frequentes.

Reuniões do grupo de resposta humanitária na Somália (Nairobi)

Reuniões sobre desenvolvimento rural e Segurança alimentar na Somália (Nairobi)

Seminários de análise FSAU (Somália)

Seminários regionais de formulação de hipóteses OCHA GHA (Nairobi)

Seminários regionais sobre processo de apelo comum OCHA GHA (Nairobi)

Reuniões de informação sobre a seca GHA (Nairobi)

Fóruns sobre clima GHA (Nairobi)

Seminário regional do UNICEF (Nairobi)

Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutrição GHA (Nairobi)

Seminário para praticantes do Save the Children HEA (Nairobi)

Seminário para coordenadores de emergência FAO (Nairobi)

Seminário para funcionários FAO ESAF (Roma)

Seminário sobre análise das necessidades FAO/WFP (Nairobi)

Seminário sobre subsistência sustentável FAO (Roma)

Seminário FAO TCE (Roma)

Seminário de avaliação das necessidades urgentes FAO (Nairobi)

Seminário WFP ODAN/VAM (Nairobi)

Seminário sobre análise transfronteiriça GHA (Nairobi)

Seminário FEWS NET II (Johannesburg)

Seminário de revisão da metodologia do Comitê de Avaliação da Vulnerabilidade do Sul da África (Johannesburg)

Seminário asiático FIVIMS (Bangkok)

Seminário de análise regional USAID GHA (Nairobi)

64ª reunião do IASC (Roma)

Lançamento do apelo aos representantes permanentes dos países doadores GHA (Genebra)

Fórum Europeu sobre leis, normas e princípios internacionais de resposta a desastres (IDRL)

RC/RC Sociedades Nacionais, ONU e OI e ONGs. Gerentes da Federação IFRC

Reunião da Diretoria WFP SENAC (Roma)

Reunião do ALNAP (Nairobi)

Oxfam UK (Oxford)

Cúpula Mundial de Alimentação – Conferência sobre Segurança Alimentar (Roma)

Seminário técnico sobre integração de informação socioeconômica e sensoriamento remoto para análise da segurança alimentar e vulnerabilidade (Ispra, Itália)

## APÊNDICE B

### Perguntas mais frequentes

- *O IPC é muito complexo para as autoridades entenderem?* Embora qualquer sistema de classificação tenha certo grau de complexidade, com base nas experiências de uso do IPC (mais de cem) para descrever situações de segurança alimentar na Somália e no Chifre da África a uma ampla gama de analistas e altas autoridades (incluindo Presidentes, Secretários Permanentes, Ministros, enviado especial, Subsecretário de Assuntos Humanitários da ONU e dirigentes da ONU, ONG e instituições doadoras), este não é o caso. Pelo contrário, sem exceção, cada uma dessas autoridades compreendeu os aspectos principais do IPC, a lógica subjacente e as implicações em termos de ação. Além disso, vários membros da mídia (Reuters, AP, BBC, VOA, CNN, IRIN, Le Monde, Financial Times, etc.) elogiaram o IPC como meio de comunicação clara para um grande público. Embora o IPC se baseie em camadas de análises complexas, a análise da situação e as implicações em termos de ação são apresentadas de maneira simples. Essa ampla acessibilidade permite um consenso técnico não só entre analistas, mas também com outros atores. O IPC é como uma árvore com uma complexa estrutura de raízes (análise) que forma a base de um tronco muito mais simples (classificação da situação).
- *Que acontece se alguns resultados de referência forem alcançados, mas não outros?* A estratégia geral do IPC não se baseia em limites e referências, mas na interpretação que os analistas fazem de todas as evidências disponíveis com clara referência aos resultados de referência. Essa “convergência de evidências” é diferente dos enfoques que se baseiam em delimitações de indicadores limitados. Embora a meta ideal seja a de ter limites rigorosos e mensuráveis para definir as classificações de fases, do ponto de vista prático (incluindo questões de complexidade da crise, complexidade da subsistência, urgência da informação, variação na disponibilidade de dados, capacidade de análise, etc.) é muito melhor classificar as situações de segurança alimentar com uma convergência de evidências. Um purista acadêmico pode insistir em limites absolutos, mas isso nem sempre é viável no campo. O IPC estabelece uma ponte entre limites acadêmicos internacionalmente aceitos e a praticidade no campo.
- *E se a variação da gravidade for maior numa área específica do que entre as áreas?* O objetivo do mapeamento das áreas é captar a situação geral de uma área para fins de planejamento – evidentemente, há maior variação numa área que apresenta desafios especiais para análise e direcionamento da assistência humanitária. O IPC resolve isso em certa medida: (1) identifica grupos sociais específicos numa área geográfica que estão em risco; (2) identifica, se preciso, as pessoas em condições de emergência humanitária e crise aguda de alimentação e subsistência que coexistem numa área. Mesmo em áreas classificadas como “segurança alimentar geral” o IPC reconhece que podem existir focos de insegurança alimentar, e no quadro estratégico de resposta a primeira ação é abordar esses grupos. Se for preciso realizar a análise de uma pequena área, pode-se aplicar o IPC a uma área limitada ou a uma aldeia, se for o caso.

- *Não seria adequado apenas monitorar os resultados medidos pelos indicadores de nutrição?* Não. No tocante aos indicadores de nutrição, o IPC usa essa informação, mas não exclusivamente. Isso é crucial tanto do ponto de vista prático (pois os dados sobre nutrição nem sempre estão disponíveis e precisam ser triangulados com outros dados sobre segurança alimentar), bem como de uma perspectiva conceptual (é geralmente aceito que a nutrição é um indicador tardio da insegurança alimentar, o que significa que as respostas baseadas exclusivamente nesses dados provavelmente (1) serão muito tardias para salvar vidas que poderiam ser salvas e/ou (2) perderão a oportunidade (que não o imperativo) de iniciar respostas apropriadas mais cedo para prevenir a destruição dos meios de subsistência e evitar a armadilha da pobreza. Assim, o IPC usa dados sobre nutrição, mas também indicadores que proporcionam triangulação e melhores indicações da iminência de uma crise.
- *O IPC pode ser aplicado em países onde não existe uma unidade de coleta e análise de dados como a FSAU?* Sim. A FSAU opera num contexto em que não há governo central para manter e fornecer dados estatísticos básicos, e no qual o acesso ao campo em geral é limitado devido a restrições de segurança. A maioria dos outros países coleta regularmente dados importantes que podem ser usados para apoiar o IPC. Além disso, em países com crises recorrentes, há inúmeras ONGs e agências da ONU que realizam regularmente pesquisas e têm sistemas de monitoramento que apoiam o IPC. O desafio consiste em aproveitar os dados disponíveis e fazer o melhor uso deles, priorizando os esforços futuros de coleta de dados para obter a utilização mais eficaz.
- *Já que o IPC foi desenvolvido no contexto da Somália, não seria específico desse país?* Não. Os conceitos e resultados de referência do IPC se baseiam explicitamente em normas aceitas internacionalmente (por exemplo, normas Sphere), que podem ser aplicadas em qualquer lugar do mundo. A diversidade de contextos, porém, exige uma certa flexibilidade, que é uma característica inerente do IPC, mantendo um quadro de rigor e comparabilidade razoável.

## APÊNDICE C

### **Sistema de análise da segurança alimentar (FSAS) da FSAU**

Integração dos elementos conceptuais, analíticos e operacionais para analisar a segurança alimentar com um enfoque de subsistência.

Setores analíticos

Agricultura

Nutrição

Mercados

Clima

Conflito

Pecuária

Recursos naturais

Atividades analíticas

Macroanálise: política, socioeconômica, civil, institucional, histórica, biofísica, cultural...

Análise básica dos meios de subsistência no nível meso: vulnerabilidade, riscos.

Estratégias de subsistência: fontes de renda e alimentos, despesas, adaptação.

Bens de subsistência: capital humano, natural, social, físico e financeiro.

Análise e projeção da segurança alimentar sazonal: alerta precoce e intervenções.

Vigilância e análise da nutrição: análise de tendências e causas.

Subsistência. Monitoramento do indicador principal. Nível macro e comunitário: alerta precoce e projeções.

Avaliação emergencial da segurança alimentar e nutrição: alerta precoce e intervenções.

Pesquisa aplicada: dinâmica subjacente e de longo prazo.

Microanálise: gênero, recursos humanos, cuidados, utilização, serviços sociais.

Processos analíticos

Análise de eventos aleatórios, choques/estações

Descrever e quantificar (natureza, magnitude, composição histórica, extensão espacial, população afetada, efeito na subsistência)

Sistema de subsistência. Efeitos e causas

Descrever e quantificar efeitos sobre estratégias e bens de subsistência

Resultados reais e projetados de segurança alimentar e nutrição

Descrever e quantificar número, localização, grupos sociais, duração através da análise do acesso, disponibilidade, estabilidade, utilização e resistência

Conexão entre informação e a ação

Classificação das fases

Declaração resumida sobre análise e intervenção

Estratégias de comunicação

Auxílio humanitário

Recuperação e reabilitação

Desenvolvimento sustentável

Operações

Gestão da informação

Gestão de pessoal

Relações institucionais

## APÊNDICE D

### **Comparação de resultados IPC na Somália (2004 a 2006)**

agosto

Janeiro

novembro

dezembro

março

## APÊNDICE E

### NÍVEIS DE ALERTA FEWS NET E ALRMP

#### **Classificações da segurança alimentar por fase**

##### **Níveis de alerta FEWSNET**

###### EMERGÊNCIA

Uma importante crise de segurança alimentar está ocorrendo, onde partes da população estão, ou logo ficarão, com extrema insegurança alimentar e enfrentarão fome iminente. As autoridades devem atribuir prioridade à resposta às situações destacadas por este alerta de emergência.

###### ALERTA

Está se desenvolvendo uma crise alimentar na qual alguns grupos estão, ou logo ficarão, com alta insegurança alimentar e tomarão medidas cada vez mais irreversíveis que afetam sua futura segurança alimentar. As autoridades devem abordar urgentemente as situações destacadas por este nível.

###### VIGILÂNCIA

Há indicações de uma possível crise de segurança alimentar. As autoridades devem dar atenção crescente às situações destacadas neste nível e atualizar preparativos e planejamento de contingência para abordar a situação.

###### SEM ALERTA

Não há indicações de problemas de segurança alimentar.

Fonte: <http://www.fews.net/alerts/index.aspx?pageID=alertLevelsDefined>

#### **Projeto de gestão de recursos de terras áridas, sistema de alerta precoce – níveis de alerta**

###### NORMAL:

Os indicadores ambientais, pecuários e pastorais não mostram flutuações incomuns e encontram-se dentro da faixa sazonal.

###### ALERTA:

Os indicadores ambientais mostram variações incomuns fora da faixa sazonal.

Isso ocorre em todo o distrito ou em certas regiões

OU: níveis de ativos das famílias ainda são muito baixos para fornecer um nível de subsistência adequado e a vulnerabilidade à insegurança alimentar é elevada.

#### ALARME:

Os indicadores ambientais e pecuários/agrícolas flutuam fora da faixa sazonal, afetando a economia local.

Isso ocorre na maior parte do distrito e direta e indiretamente ameaça a segurança alimentar de pecuaristas ou agropecuaristas.

#### EMERGÊNCIA:

Todos os indicadores estão fora da faixa normal.

Os sistemas de produção local entraram em colapso, bem como a economia dominante dentro do distrito.

A situação afeta os bens e poder aquisitivo da população a tal ponto que os níveis de bem-estar pioraram seriamente resultando em ameaça de fome.

Fonte: Ministry of Health, SCF-UK and Oxfam-GB. Report of Nutrition Survey in Central Division, Wajir District North Eastern Province, Kenya, August 31 to September 4, 2000  
<http://www.univ-lille1.fr/pfeda/Ethiop/Docs01/0105scf.doc>

## APÊNDICE F

### Escala de magnitude da fome

Escala de magnitude da fome de Howe e Devereux

Níveis

Designação

“Vidas”: indicadores de desnutrição e mortalidade

“Subsistência”: descritor de segurança alimentar

0

Condições de segurança alimentar

CMR < 0,2/10.000/dia e desnutrição aguda < 2,3%

Sistema social coeso; preços estáveis; adoção insignificante de estratégias de adaptação.

1

Condições de insegurança alimentar

CMR  $\geq$  0,2 mas < 0,5/10.000/dia e/ou desnutrição aguda  $\geq$  2,3 mas < 10%

Sistema social coeso; instabilidade de preços e escassez sazonal de itens essenciais; emprego de “estratégias de adaptação” reversíveis.

2

Condições de crise alimentar

CMR  $\geq$  0,5 mas < 1/10.000/dia e/ou desnutrição aguda  $\geq$  10 mas < 20% e/ou prevalência de edema

Sistema social significativamente estressado mas continua em geral coeso; elevação drástica no preço dos alimentos e outros itens básicos; mecanismos de adaptação começam a falhar; aumento de estratégias de adaptação irreversíveis.

3 Condições de fome

CMR  $\geq$  1 mas < 5/10.000/dia e/ou desnutrição aguda  $\geq$  20% mas < 40% e/ou prevalência de edema

Sinais claros de colapso social; mercados começam a fechar; esgotamento de estratégias de adaptação e adoção de estratégias de sobrevivência; população afetada identifica alimento como problema dominante no início da crise.

4

Condições de fome grave

CMR  $>5$  mas  $<15/10.000/\text{dia}$  e/ou desnutrição aguda  $> = 40\%$  e/ou prevalência de edema

Colapso social generalizado; mercados fechados ou inacessíveis à população afetada; adoção generalizada de estratégias de sobrevivência; população afetada identifica alimento como problema dominante no início da crise.

5

Condições de fome extrema

CMR  $> =15/10.000/\text{dia}$

Completo colapso social; mortalidade generalizada; população afetada identifica alimento como problema dominante no início da crise.

Fonte: Howe, P. & S. Devereux. 2004. Famine intensity and magnitude scales: A proposal for an instrumental definition of famine. *Disasters* 28(4), 353-372. p 10

## **Objetivos de cada etapa da situação e análise da resposta**

### Etapa

#### Objetivo geral

#### Análise da situação

Identificar aspectos fundamentais de uma situação sobre os quais deve haver consenso, incluindo gravidade, magnitude, causas, etc.

#### Análise da resposta

Identificar a gama de possíveis respostas estratégicas (e seus elos) que podem mitigar melhor os aspectos de curto e longo prazo de uma situação, bem como os requisitos para implementar a resposta.

#### Planejamento da resposta

Identificar e implantar requisitos e sistemas operacionais, incluindo defesa de causas e arrecadação de fundos, para habilitar uma resposta eficaz.

#### Implementação da resposta

Implementar múltiplos aspectos de uma resposta eficaz, incluindo modalidades operacionais, e assegurar impacto desejado.

#### Monitoramento/avaliação

Detectar mudanças na análise da situação e determinar grau de impacto da resposta.

## APÊNDICE G

### **Modelos de Vulnerabilidade**

Fonte: Turner et al. 2003

## APÊNDICE H

### **Explicação das revisões introduzidas na Versão 1.1**

As revisões introduzidas na Versão 1.1 afetam os principais componentes do IPC, incluindo seu nome, tabelas de referência, protocolos cartográficos e planilha de análise. Adiante descrevemos as revisões, seguidas de uma breve justificção (incluindo problemas identificados e motivo das modificações) e orientações sobre o uso e implementação das modificações.

#### **Nome do IPC**

##### **1. Mudar o nome “quadro integrado de classificação da fase humanitária e segurança alimentar” para “quadro integrado de classificação da segurança alimentar”.**

**Justificção:** A palavra “humanitária” foi excluída do nome do IPC para esclarecer: (1) o foco do IPC é a análise da segurança alimentar, em oposição a uma análise multissetorial abrangente; (2) o IPC visa a informar intervenções para todo o espectro de situações de segurança alimentar – desde “segurança alimentar em geral” até a pior “fome” – e não apenas situações de crise.

Embora a tabela de referência inclua vários indicadores fortemente vinculados à segurança alimentar (por exemplo, conflito, água, doença, etc.), o IPC não visa a substituir uma análise detalhada desses setores em situações humanitárias. Embora o IPC continue sendo aplicável em situações humanitárias, a mudança de nome sublinha sua relevância para a programação da segurança alimentar fora das situações de crise e para a formulação de políticas.

**Uso:** Portanto, o IPC passa a ser definido como quadro integrado de classificação da segurança alimentar.

**Tabela de referência** (ver Tabela de referência revisada na Tabela 1)

##### **2. Provisoriamente acrescentar uma diferenciação opcional da Fase 1 (segurança alimentar em geral) em Fase 1A e 1B, que levará à elaboração e inserção de uma nova fase entre as atuais 1 e 2.**

**Justificação:** Como a mudança do nome pretende esclarecer, o IPC pode informar intervenções de segurança alimentar e planejamento para um amplo espectro de situações. As fases anteriores do IPC tendiam a enfatizar demais as situações de crise e menos as outras situações – devido principalmente ao fato de ter três fases nos níveis de crise e somente dois para níveis fora da crise. Os comentários de vários países que usam o IPC em situações que não são de crise indicaram que uma fase adicional entre as atuais Fase 1 e Fase 2 seria mais informativa para as decisões. O governo do Quênia, por exemplo, experimentou a inserção de uma nova fase e a considerou útil para a tomada de decisões, além de orientar intervenções apropriadas em situações mais orientadas para o desenvolvimento (ver mapa no Apêndice I).

Após muitas consultas, acordou-se que o IPC seria beneficiado com a inclusão de uma nova fase no lado da escala não relacionado a crises. Não houve consenso, porém, quanto à maneira de fazer isso – incluindo onde a fase deve ser inserida, seu nome e resultados de referência. É preciso contar com mais experiências nos países e respectivos comentários para explorar opções e desenvolver consenso técnico, que será uma área prioritária para a próxima etapa de revisões do IPC, em 2008.

**Uso:** Como solução provisória, este Adendo introduz a diferenciação opcional da Fase 1 em Fase 1A e 1B – com a implicação de que 1A tem mais segurança alimentar que a 1B. Por enquanto, porém, não se sugere um nome ou resultados de referência. Os usuários do IPC podem implementar a distinção entre 1A e 1B se fizer sentido em seu país e enviar comentários aos parceiros globais do IPC sobre os prós e contras dessas atividades. Com base nas experiências dos países, uma orientação mais definitiva será apresentada na próxima revisão do IPC. Os usuários também podem preferir não fazer essa distinção e usar somente a Fase 1. De qualquer maneira, a classificação de segurança alimentar geral deve ser apoiada pelos resultados de referência indicados na tabela de referência.

Os usuários podem visitar [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org) para examinar as experiências e inovações dos países referentes ao desenvolvimento dessa nova fase e enviar suas próprias experiências e ideias.

### **3. Mudar o nome da Fase 2 de “Insegurança alimentar crônica” para “Insegurança alimentar moderada/limitada”.**

**Justificação:** Na medida em que as fases do IPC visam a indicar a gravidade, o uso do termo “crônica” na Fase 2 pode implicar outras dimensões de insegurança alimentar, como duração temporal, o que pode causar confusão. O nome da Fase 2 seria mais claro se fosse alterado para algo mais de acordo com a escala de gravidade.

Após inúmeras consultas, foram propostas várias soluções, incluindo: insegurança alimentar limitada, insegurança alimentar moderada, insegurança alimentar estrutural, insegurança alimentar geral e apenas insegurança alimentar. Ver na tabela adiante um resumo dos prós e contras de cada nome.

Possível nome da Fase 2

Prós

Contras

Insegurança alimentar limitada

Mais de acordo com a escala de gravidade do que o termo “crônica”. Evoca a área cinzenta entre segurança alimentar e crise.

O termo “limitada” pode sugerir que a situação está próxima disso, mas ainda não é de insegurança; na prática algumas áreas já preenchem os critérios de insegurança. Não implica orientação para ação.

insegurança alimentar moderada

Mais de acordo com a escala de gravidade do que o termo “crônica”, pode indicar transições da Fase 1 à Fase 3 e vice-versa. Evoca um grau de insegurança.

O termo “moderada” é relativo, enquanto o IPC visa a ser uma escala mais absoluta. Implicaria uma situação de insegurança alimentar “alta” e “baixa” não incluída na escala do IPC. Não implica orientação para ação.

insegurança alimentar estrutural

Chama atenção para as causas subjacentes da insegurança alimentar nesse nível. Comunica orientação geral de ação para abordar as causas estruturais da insegurança alimentar em vez de ações superficiais. Embora seja melhor que o termo “crônica”, não corresponde plenamente à escala de gravidade. Pode causar confusão em áreas que estão passando por essa fase. Pode implicar que somente nessa fase as questões estruturais são relevantes.

insegurança alimentar geral

Mais de acordo com a escala de gravidade do que o termo “crônica”. Corretamente sugere que já está em situação de insegurança alimentar. Tem um fluxo lógico da Fase 1 “segurança alimentar geral” para a Fase 2 “insegurança alimentar geral” e fases de crise subsequentes.

Não implica nem comunica orientação de ação. A expressão não é bastante forte para chamara atenção para os esforços holísticos necessários para melhorar a segurança alimentar nessa fase. Não está claro se a magnitude (isto é, a maioria da população) ou a gravidade é o principal critério definidor.

insegurança alimentar

É breve e fácil de usar em comunicação escrita e oral. Tem um fluxo lógico de “segurança alimentar geral” para “insegurança alimentar”.

A expressão já é amplamente usada em múltiplos contextos e pode se referir a toda a gama de insegurança alimentar, com ou sem crise, o que pode provocar confusão em seu uso.

Considerando os prós e contras de cada opção, os termos “moderada” e “limitada” captam a essência da Fase 2. Na verdade, alguns usuários já estão empregando esses termos, embora não haja forte consenso qual dos dois prevalecerá. Como solução preliminar, o nome combinado de “Insegurança alimentar moderada/limitada” foi introduzido na Versão 1.1. As consultas continuarão com os usuários e outras partes interessadas durante o desenvolvimento da Versão 2 do Manual técnico.

**Uso:** O nome da Fase 2 mudou de “Insegurança alimentar crônica” para “Insegurança alimentar moderada/limitada”. Os usuários podem escolher a combinação dos dois ou apenas um dos termos, dependendo do que fizer mais sentido em seu país. Os resultados de referência para apoiar a classificação da Fase 2 continuam inalterados.

#### **4. Mudar o nome da tabela de referência para alerta precoce de “Níveis de alerta precoce” para “Risco de agravamento”.**

**Justificação:** O período de análise projetado para as fases do IPC e sua relação com os níveis de alerta precoce não estavam claros. Uma classificação de fase é definida como presença atual ou iminente dos resultados de referência para o período de análise. Em situações nas quais os resultados de referência ainda não estão presentes, a classificação da fase é uma declaração de alerta precoce para o período de análise. O termo “iminente” é um aspecto essencial da classificação da fase, pois enfatiza seu caráter prospectivo e é útil para a tomada de decisões. Em suma, a classificação da fase é uma projeção em relação aos resultados atuais ou iminentemente esperados. Para maior esclarecimento das funções de alerta precoce do IPC, veja a seção III.

Dentro do período de projeção, embora a classificação da fase estabeleça resultados atuais ou iminente, a situação pode passar a uma fase pior que a projetada. Isso pode ser comunicado usando os protocolos de “Risco de agravamento”.

**Uso:** O nome “Níveis de alerta precoce” mudou para “Risco de agravamento” na tabela de referência, planilha de análise e protocolos cartográficos. Os usuários podem usar esses protocolos de risco quando a evidência indicar que há possibilidade de a fase piorar durante o período de projeção.

Planilha de análise (ver nas Tabelas 18-20 a Planilha de análise revisada)

**5. Na parte 1 da planilha de análise, combinar a lista de evidências diretas e indiretas em única coluna, e destacar a distinção entre evidências diretas e indiretas marcando as diretas em negrito.**

**Justificação:** Embora a tabela de referência apresente os resultados de referência comuns associados a cada fase, as evidências reais em apoio de uma classificação da fase podem ser diretas (que medem diretamente os resultados) ou indiretas (que indicam indiretamente o resultado, por exemplo com indicadores indiretos ou de processo). Embora seja uma distinção importante, não é preciso listá-las em colunas separadas.

**Uso:** Para facilitar a utilização da planilha de análise, as evidências diretas e indiretas foram combinadas numa só coluna (ver a Figura 1), e o usuário deve fazer a distinção entre as duas marcando as diretas em **negrito**.

**6. Inserir uma coluna separada na parte 1 da planilha de análise que documente evidências em apoio a uma declaração de risco de agravamento.**

**Justificação:** A planilha de análise anterior não incluía explicitamente uma coluna para documentar evidências em apoio a uma declaração de risco de agravamento durante o período de análise. É preciso manter essa evidência separada da classificação da fase para que possa ser avaliada independentemente.

**Uso:** A planilha de análise revisada inclui uma coluna separada para documentar evidências em apoio a uma declaração de risco de agravamento (ver Figura 1). As evidências listadas devem incluir indicadores de risco e processo que podem substanciar a declaração de risco. A declaração de alerta precoce pode ser uma variação na magnitude (número de pessoas em crise), na gravidade ou em ambos. Se for risco de agravamento, a mudança da fase deve ser indicada junto com o nível de risco.

**Protocolos cartográficos** (ver no Mapa 1 um exemplo de protocolos cartográficos revisados)

**7. Passar a “tendência projetada” dos boxes de legenda para as setas brancas sobre cada área de crise do mapa.**

**Justificação:** A tendência projetada é uma dimensão crítica da análise de situação porque indica se a situação vai melhorar, ficar na mesma ou piorar ou se os sinais são contraditórios. Os protocolos anteriores incluíam isso nos boxes de legenda, mas essa dimensão pode ter maior visibilidade se for indicada por flechas diretamente no mapa.

**Uso:** Nos novos protocolos a tendência projetada é incluída na legenda principal, com flechas brancas indicando cada área de crise diretamente no mapa.

**8. Na legenda que define as Áreas de Crise, mudar a ordem das variáveis e acrescentar uma descrição básica das variáveis à esquerda para destacar: magnitude, profundidade, quem, por que, frequência, data e confiança.**

**Justificação:** Para aumentar o impacto e a lógica dos protocolos cartográficos, a ordem das variáveis nos principais atributos definidores deve ser alterada. Deve-se dar maior proeminência às variáveis básicas de magnitude (número de pessoas em crise) e profundidade (percentagem de pessoas em crise) colocando-as na início da lista. Em geral, as principais dimensões de cada variável podem ser destacadas acrescentando uma descrição básica no lado esquerdo da legenda.

**Uso:** Os protocolos cartográficos para os principais atributos definidores foram atualizados: têm nova ordem e uma breve descrição no lado esquerdo da legenda.

**9. Acrescentar uma nova opção para distinguir visualmente as amplas categorias de magnitude (isto é, número de pessoas em crise) usando diferentes tamanhos de fonte para as populações de 0-100.000, 101.000-500.000 e >500.000.**

**Justificação:** A magnitude (número de pessoas em crise) é uma dimensão básica da análise da segurança alimentar e deve ter maior proeminência visual nos protocolos. Os protocolos anteriores incluíam a magnitude como número nos boxes mas não mostravam isso de maneira visualmente distinta.

**Uso:** Os protocolos revisados categorizam a magnitude em três grupos básicos (0-100.000, 101.000-500.000, e  $\geq$  500.000). Os números reais nos boxes – isto é, as estimativas do número de pessoas na Fase 3, 4, ou 5 para uma área – devem aparecer em diferentes tamanhos de fonte segundo a categoria. O tamanho da fonte deve ser 7 para 0-100.000, 8 para 101.000-500.000 e 12 para  $\geq$ 500.000. O uso consistente dessas fontes facilitará a comparação da magnitude entre países e dentro de cada país.

**10. Acrescentar um novo protocolo aos boxes para indicar a profundidade de uma crise inserindo um gráfico de barras no lado direito do box para mostrar a percentagem estimada de população nas Fases 1 a 5.**

**Justificação:** Junto com a gravidade e magnitude, a profundidade de uma crise é uma dimensão básica da análise. A profundidade pode ser indicada pela percentagem da população total num área que está enfrentando diversos graus de crise, e é crucial para as decisões. Por exemplo, a Área A pode ter uma população total de 500,000 habitantes, sendo 100,000 deles (20%) em Emergência Humanitária. A Área B pode ter uma população total de 100,000 habitantes, sendo 90,000 (90%) em Emergência Humanitária. Embora a gravidade e magnitude das Áreas A e B sejam aproximadamente equivalentes, a profundidade da crise é muito pior na Área B do que na Área A. Essa diferença não determina, mas pode influenciar, a urgência, o tipo de estratégia e modalidades operacionais da intervenção.

Esse novo protocolo também comunicará melhor que uma área pode estar experimentando “camadas” de crise para diferentes grupos vulneráveis (isto é, múltiplas fases para diferentes grupos sociais na mesma área). Uma parte da população pode estar na Fase 4 enquanto outras estariam na Fase 3, e outras ainda nas Fases 1 e 2. Embora as estimativas da população em cada fase sejam indicadas nas tabelas demográficas, as áreas de múltiplas fases deviam ser indicadas claramente no mapa para evitar interpretação errônea. Em situações com múltiplas camadas de grupos em crise, o protocolo consiste em colorir a área segundo a pior fase.

**Uso:** Um novo gráfico de barras foi acrescentado no lado direito de cada box e na legenda (ver no Mapa 1 um exemplo de protocolos cartográficos revisados). O gráfico varia de 0% a 100%, e cada barra indica a percentagem da população na área que se estima estar em cada uma das fases. O cálculo das percentagens deve basear-se no número total estimado de habitantes em cada fase na área dividido pelo número total estimado de habitantes que atualmente vivem na mesma área.

**11. Acrescentar um novo protocolo nos boxes indicando a frequência ou recorrência da crise nos últimos dez anos, com as seguintes categorias: baixa (1-2 anos), Média (3-4 anos) e alta (>=5 anos).**

**Justificação:** Outra dimensão importante da análise é o grau em que uma área em crise tende a estar frequentemente em crise. Essa diferença deve influenciar o programa, e atribuir maior ênfase à solução das causas subjacentes da atual crise – sem esses esforços as áreas provavelmente entrarão em crise cíclica. As áreas que não estiveram em crise, ou que muito raramente tiveram crise, provavelmente terão um quadro institucional diferente das áreas com crises frequentes.

**Uso:** Uma nova variável foi acrescentada aos boxes e legendas para indicar a frequência ou recorrência da crise nos últimos dez anos. Trata-se de um cálculo contínuo, ou seja, deve incluir os dez anos anteriores e o ano em que sendo feita a análise. O protocolo de recorrência da crise não deve ser confundido com protocolos que significam áreas na Fase 3, 4 ou 5 por >3 anos – o primeiro representa anos cumulativos em crise nos últimos dez anos, enquanto os outros destacam áreas que estão numa crise prolongada.

A legenda divide o número de anos em três categorias: baixa (1-2 anos), moderada (3-4 anos) e alta (>=5 anos) (ver Figura 4). Uma crise será definida sempre que uma área estiver total ou parcialmente na Fase 3, 4 ou 5 segundo a escala IPC. Para países que estão começando a usar o IPC, já que este não foi usado nos dez anos anteriores, será necessário fazer uma estimativa inicial baseada na opinião de especialistas e documentos históricos.

APÊNDICE I

**Situação da segurança alimentar no Quênia, janeiro-junho de 2008**

website: [www.kenyafoodsecurity.org](http://www.kenyafoodsecurity.org)

APÊNDICE J

**Bibliografia**